



LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão





3 FICHA TÉCNICA

EDITORIAL

4 a 10 Património do Centro Histórico de Setúbal - *Joaquina Soares*

MIRADOURO

11 Uma quieta melancolia cobre as ruas da cidade - *Salvador Peres*

COISAS DE SETÚBAL E AZEITÃO

12 a 21 Em que casa nasceu o poeta Bocage? - *Tiago Gamito Lopes*22 a 30 Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado - *Joaquina Soares*

PARA UMA ANTOLOGIA DA REGIÃO DE SETÚBAL

31 a 33 Quando Manuel de Arriaga contemplou a Arrábida - *João Reis Ribeiro*

PARA A HISTÓRIA DE SETÚBAL

34 a 38 Hospital dos Marítimos - *António Cunha Bento*39 e 40 Episódios da resistência clandestina em Setúbal IX - *Diogo Ferreira*

SER POETA

41 e 42 Ana Acto - *João Reis Ribeiro*

CRÓNICA

43 a 45 Esquecimento ou não dos 500 anos de Luís Vaz de Camões? - *Isabel Melo*46 e 47 Mar de Mosto Rio Azul - *J. Sanchez Antunes*48 e 49 Uma Carta do Porto – *António Trabulo*

PORTEFÓLIO

50 a 57 Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens - *Salvador Peres*

NOTÍCIAS LASA

58 a 60 Fragata D. Fernando II e Glória e Complexo de Vale de Zebro - *Maria Helena Matos com colaboração de José Rocha e Abreu*

61 Salvaguarda do Património Arqueológico Costeiro em Risco - workshop bilateral Portugal-Noruega

62 e 63 EDIÇÕES LASA

64 ÚLTIMA PÁGINA

Imagem de capa: Pintura da Coleção “Oceanos e atmosferas, lápis e ecolines em papel”, de Eduardo Carqueijeiro

Imagem da Última Página: Salvador Peres

Fazem parte integrante desta edição da *Revista LASA* dois suplementos: “D. João de Lencastre, o Infante D. Luís e D. António, Prior do Crato, na História dos Franciscanos Arrábidos”, de António Mateus Vilhena, e “Manifestações de Arte Pública em Setúbal e Azeitão - 2”



Revista LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

N.º 25 - Primavera 2025

Coordenação Editorial:

Salvador Peres e João Reis Ribeiro

Equipa Editorial:

António Cunha Bento, Isabel Melo, Alberto Pereira,

Eduardo Carqueijeiro e João Coelho

Colaboram nesta edição:

Ana Acto, António Cunha Bento, António Trabulo, António Mateus Vilhena, Diogo Ferreira, Eduardo Carqueijeiro,

Isabel Melo, Joaquina Soares, João Reis Ribeiro, José Antunes, Maria Helena Mattos,

Salvador Peres e Tiago Gamito Lopes

Imagens de:

Ana Acto, António Cunha Bento, António Trabulo, Diogo Ferreira, Eduardo Carqueijeiro,

Joaquina Soares, João Reis Ribeiro, José Antunes, Maria Helena Mattos,

Salvador Peres e Tiago Gamito Lopes

Contactos

Sede Social: Praça de Bocage, 48 – 2.º Esq.º, 2900-276 Setúbal

Telefone: +351 265 235 000

Email: lasasetubal@gmail.com

Sítio internet: www.lasa.pt

Património do Centro Histórico de Setúbal

No Centro Histórico localiza-se o coração da cidade e nele se conserva a herança mais preciosa dos seus habitantes, a sua memória colectiva.

*Joaquina Soares **



Fig. 1. Capitel corintizante de meados/2ª metade do século II. Rua Vasco Soveral, 8-12, Setúbal. Foto de Rosa Nunes

"Não é possível recuperar o que se perdeu no tempo; só consegues recuperar aquilo que perdeste no espaço"

(Gonçalo M. Tavares in *Un certain malaise*, 2012: 34)

"...E se as materialidades são engolidas pelo tempo, em tempos de escassez de espaço, as palavras sucumbem pela ausência de provas.

(Autor anónimo)



Arqueologia urbana e génese de Setúbal

No casco histórico da cidade (1) reside grande parte do registo identitário comum, preservado no subsolo e no património construído. Fragmentos de tempos pretéritos, que resistiram a sismos e a sucessivas renovações empreendidas pelos habitantes, por agentes económicos, sociais, políticos e culturais, motivadas por conjunturas particulares ou movimentos mais amplos que impuseram mudanças no cadastro e estrutura urbanística, no tecido edificado, na tipologia dos imóveis, nos elementos artísticos e/ou decorativos do espaço público, no mobiliário urbano, articulam-se hoje no maior espaço museológico de Setúbal, a céu aberto, e de fruição gratuita.

A LASA dedica em 2025 redobrada atenção a esse património, que remonta a cerca de 2800 anos antes do Presente, ao primeiro núcleo urbano estável da foz do Sado, atribuível ao final da Idade do Bronze e aliado do empório comercial fenício do Ocidente. Paradigma actualmente consensual sobre as origens da cidade de Setúbal, a partir das escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos, realizadas em 1985, sob a direcção científica da signatária e de Carlos Tavares da Silva. Escavações que consolidaram igualmente a localização do aglomerado urbano de *Caetobriga*, referido nas fontes literárias clássicas, no que é o centro histórico de Setúbal, depois de muitas conjecturas desprovidas de fundamentação factual.

Bem sei que é um lugar comum, quase uma banalidade, dizer que uma escavação arqueológica é uma destruição, mas, se metodologicamente controlada e cuidadosamente registada, aplica-se-lhe melhor o conceito de desconstrução e, de qualquer forma, é a fonte para acedermos às sociedades que nos antecederam, e a via mais objectiva para a construção de património cultural não mistificado, ou seja, para o acréscimo de tempo histórico, susceptível de materialização no espaço contemporâneo. Cada parcela desse património, conservado *in situ*, remobilizado para um museu ou simplesmente para uma colecção, é um recurso cultural e ambiental único e não renovável, a que a LASA desde a sua fundação, em 1955, tem dedicado a sua atenção (processo de criação do Museu do Convento de Jesus).



Fig. 2 - Travessa de S. José. Portas manuelinas em arquitectura civil (2), classificadas como património municipal. Este conjunto é o mais elaborado da referida tipologia, em todo o centro histórico; foi utilizada brecha da Arrábida e ambos os lintéis, decorados em estilo manuelino de boa "fábrica". Como se pode observar, além dos cabos eléctricos que recorrentemente poluem visualmente a generalidade do edificado do centro histórico, a porta larga foi entaipada e a brecha da Arrábida parcialmente impregnada com cimento. Esta pequena jóia de arquitectura civil encontra-se em péssimo estado de conservação como revelado pela foto, dispensando outros comentários.

No casario que envolve a Igreja de Santa Maria, magnífico templo da segunda metade do século XVI, robusto e pesado em sua clássica geometria inspirada pelo movimento renascentista, figura um outro notável imóvel, o hospital medieval de João Palmeiro, que resistiu "milagrosamente" aos sismos de 1531 e 1755, responsáveis pelo desaparecimento de grande parte do património edificado medieval de Setúbal. Encontra-se há longos anos na posse da Câmara Municipal de Setúbal,

que demora em avaliar as potencialidades de um património desta qualidade para a revitalização do núcleo urbano envolvente. Conservar o património implica também atribuir-lhe um uso contemporâneo, tornando-o sustentável.



Continuar a reconstruir o Passado de Setúbal

O conhecimento que temos do tempo histórico é também ele datado e condicionado pelos paradigmas acreditados pela comunidade científica o que não deve impedir, antes pelo contrário, o prosseguimento da investigação sobre temáticas já aparentemente resolvidas. É o caso da história no tempo longo da Colina de Santa Maria. Constituída por arenitos mal consolidados do Plio-Plistocénico e embora sujeita a forte erosão de vertentes, tem vindo a revelar, em diversas intervenções arqueológicas, testemunhos do povoado da Idade do Ferro, fundado ainda na Idade do Bronze final, em torno ao século IX/VIII A.C. Porém, entre este primeiro povoado, que aparentemente é abandonado na transição para o século IV a. C., e o período romano-republicano/reinado de Augusto existe uma lacuna por enquanto por preencher, sendo que a nossa hipótese de trabalho aponta para uma deslocalização do povoado para a colina de Nossa Senhora da Saúde, onde, estranhamente, nos últimos 50 anos de arqueologia urbana não foi possível intervir.

Voltando à primeira escavação arqueológica realizada nos anos 80 do século XX na Colina de Santa Maria (Travessa dos Apóstolos), encontrámos um documento no Corte E, agora em estudo, que é uma inequívoca assinatura de um tempo social do último quartel do 3º milénio A.C. Trata-se de fragmento de uma taça campaniforme incisa tipo Palmela (Inv. TA/Set 475), representada na Fig. 3. Pouco sabemos, por agora, da biografia desta peça cerâmica, da acção demorada ou fugaz que a depositou neste lugar, mas intrinsecamente ela é a assinatura e guarda a memória de um tempo social que ainda não havia sido registado no berço da cidade de Setúbal.

Há cerca de 4250 anos, a estabilidade e a prosperidade das sociedades calcólicas, ou se quisermos paleo-metalúrgicas (Idade do Cobre) entram em colapso. Iniciava-se uma fase de recessão, de dispersão do povoamento com o abandono dos mega-aglomerados da

primeira metade do 3º milénio A.C.; era o "canto do cisne" das sociedades linhageiras, parentais e tendencialmente igualitárias.

A desconstrução e desconexão do velho mundo comunitário das antigas sociedades camponesas encontra-se patente no registo arqueológico do que é hoje o território português e em grande parte da Península Ibérica. As populações dispersam-se então pelo território em pequenas aldeias e casais agrícolas e o poder político, conjugado no masculino, concentra-se em alianças de elites de escala supra-regional. Essas elites seriam detentoras e guardariam o conhecimento esotérico e ecológico, controlariam a metalurgia do cobre e do ouro, as redes de trocas de bens de prestígio e de armas. Habitavam em "ninhos de águia", torres monumentalizadas localizadas em pontos estratégicos com ampla visibilidade, controlando corredores de circulação e/ou recursos económicos. À escala europeia, a sua assinatura ficou materializada por um denominador comum: a designada cerâmica campaniforme.

Na região de Setúbal, esta fase do processo histórico está bem representada em numerosos sítios arqueológicos, quer de residência, ou seja, de carácter doméstico, como Chibanes (Palmela), Rotura (Setúbal), Outeiro Redondo (Sesimbra), Miradouro dos Capuchos (Almada), quer funerários, como nos hipogeus da Quinta do Anjo ou de S. Paulo, em Almada, no âmbito de estratégia de apropriação personalizada das necrópoles dos antepassados (retórica de patrimonialização), capital simbólico mobilizado ao serviço da legitimação das emergentes elites meritocratas campaniformes.

Estejamos, pois, atentos e preparados para novas descobertas; as janelas sobre o Passado que a renovação urbana vai proporcionando correspondem a pequenas amostras, a fragmentos de realidades onde todos os elementos e suas ligações contam quando o objectivo é entrar na História.

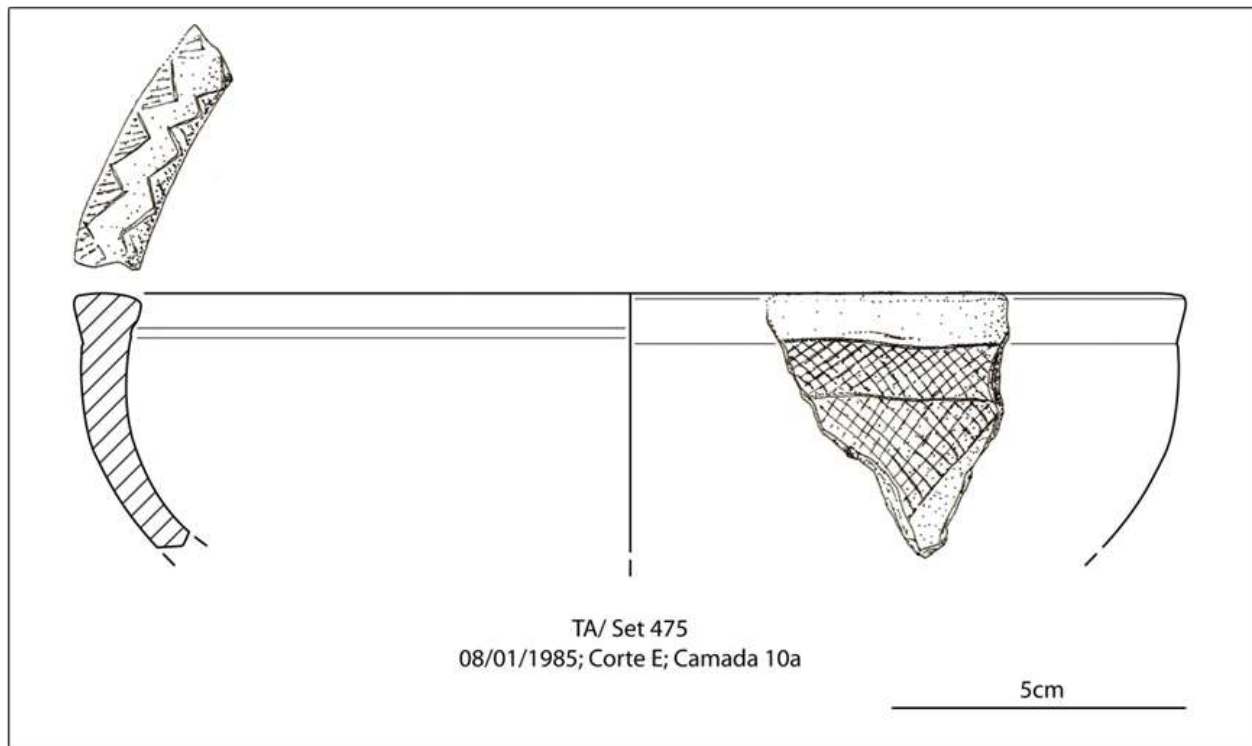


Fig. 3 - Taça campaniforme tipo Palmela, com decoração incisa. Desenho de Teresa Rita Pereira.



Transmitir a memória para construir o futuro

Para que o conhecimento não fique encerrado em "torre de marfim", importa, na derradeira fase de pesquisa, operacionalizar uma cadeia de transmissão por onde aquele circule até chegar aos cidadãos que aqui vivem, às pessoas que nos visitam, a todos os que pensam e constroem cenários prospectivos.



A LASA pretende dar o seu modesto contributo para este movimento em torno do património cultural do centro histórico, desenvolvendo em 2025 um conjunto de iniciativas de que destacamos:

I - Projecto de criação da **Comissão Municipal do Património Edificado** (proposta enviada ao Presidente da Câmara Municipal de Setúbal).

II - Projecto **Centro Histórico de Setúbal: Conhecer, Observar, Representar** em parceria com a Artiset e com o apoio da Casa da Baía/CMS (conferência, visita guiada, evento de *urban sketching*, exposição e edição de colecção de postais).

Apoio

Centro histórico de Setúbal: Conhecer, Observar, Representar Urban Sketching



Evento destinado à divulgação do património arqueológico, histórico-cultural e urbanístico conservado no casco histórico de Setúbal, e sua representação gráfica. A visita guiada ocorrerá no sábado, **29 de Março, pelas 14.30h**. Ponto de encontro: Miradouro de S. Sebastião. Será antecedida por sessão preparatória, no **sábado 22, pelas 10.00h**, no Auditório Charlot/ a confirmar, com a intervenção de Joaquina Soares ("*O ADN de Setúbal*") e de Miguel Amaral ("*Geometrias do Espaço*").

Organização LASA em parceria com a ARTISET.

Comissão organizadora: Joaquina Soares, Miguel Amaral, Margarida Rodrigues, Fernando Pinho, Nuno David.

Coordenação - Joaquina Soares e Miguel Amaral.

Os trabalhos, selecionados pela Comissão Organizadora, serão expostos na Casa da Baía, durante o mês de Julho. A participação estará sujeita a **inscrição realizada presencialmente no dia 22 de Março**, por ordem de chegada.

Sócios de ambas as entidades organizadoras: 6€;

não-sócios: 10€

Fig. 4 - Cartaz de publicitação da sessão de *urban sketching* da autoria de Alberto Pereira.



Notas

(1) Por centro histórico de Setúbal entende-se a área abrangida pela primeira cintura de muralhas, cuja construção remonta ao século XIV e pela segunda linha, construída na segunda metade do século XVII, a qual incluiu áreas de expansão que só viriam a ser urbanizadas tardiamente, bem como os arrabaldes do burgo medieval (Troino e Palhais) e o núcleo ocidental de *Caetobriga*.

(2) A associação, porta estreita de acesso à habitação, no piso superior, e porta larga, de acesso à loja ou oficina, no rés do chão, corresponde a um modelo tipológico muito característico do burgo tardo-medieval e do século XVI e fala-nos da importância da burguesia mercantil e dos artífices em Setúbal, também revelada pela toponímia: Rua Direita dos Mercadores (Rua Paula Borba), Rua dos Ferradores (Rua Álvaro Luz), Rua dos Caldeireiros (Rua Álvaro Castelões), Rua das Canastras (Rua José A. J. da Silva), Rua das Esteiras (Rua Estevam de Vasconcelos), Rua dos Correeiros, Rua dos Açougues (Rua Luís de Camões), Rua dos Almocreves, Rua dos Sapateiros (Rua Augusto Cardoso). A toponímia constitui um precioso património imaterial que importa igualmente manter, o que não acontece na generalidade dos casos.

Bibliografia principal

Braga, P. D. (1998) – *Setúbal medieval. Séculos XIII a XIV*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

Soares, J. (2000) – Arqueologia Urbana em Setúbal: problemas e contribuições. *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida* (Trabalhos de Arqueologia, 14). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p.101-130.

Soares, J.; Tavares da Silva, C (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal. Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana. Setúbal, 1985* (Trabalhos de Arqueologia, 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 87-101.

Soares, J.; Tavares da Silva, C.; Abreu, M. (1983), *Património Construído de Setúbal. Época dos Descobrimentos*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

Soares, J.; Duarte, S.; Tavares da Silva, C. (2005-07) – Sismos e Arqueologia Urbana. Intervenção arqueológica na Rua Augusto Cardoso, nº69, Setúbal. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 2, p. 83-102.

Soares, J.; Pereira, T.R; Duarte, S.; Mouro, C. (2018), Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”. In J. Soares (coord.), *Arqueologia Urbana e História Local. Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho* (Musa, 5), p. 51-78. Setúbal: MAEDS e FIDS.

Soares, J.; Fernandes, L.; Tavares da Silva, C.; Pereira, T.R.; Duarte, S.; Coelho-Soares, A. (2019)- Preexistências de Setúbal: intervenção arqueológica na Rua Vasco Soveral, 8-12. *Ophiussa*, 3, p. 155-18.

Tavares da Silva, C. (2018) (Coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), Setúbal: MAEDS/ AMRS.



Uma quieta melancolia cobre as ruas da cidade

Salvador Peres

Quem caminha ao longo da avenida Luísa Todi, de este para oeste, ou, na direcção inversa, de poente para nascente, vai encontrar, à sua mão direita ou esquerda, consoante o sentido da marcha, o casco velho da cidade. Nele, é possível entrar-se por muitas portas. Tome-se, por exemplo, o caminho pelo lado nascente, rompendo pela Rua Pereira Cão, depois descendo a Arronches Junqueiro até ao Largo da Misericórdia e ao coração da baixa, ou, pelo poente, cortando pela Travessa do Seixal, entrando pela Rua Vasco da Gama em direcção ao Largo da Fonte Nova, no velhinho Bairro do Troino. Uma vez dentro do labirinto de ruas, ruelas e travessas, seja qual for a direcção tomada, é-se dominado por um sonolento marasmo, como se uma vetusta saudade, vestida de uma névoa de tristeza, abraçasse a cidade e a recolhesse no seu regaço. Tudo ali parece estar em suspenso, como um ser taciturno, metido consigo mesmo, remoendo antigas vivências e lembranças de tempos perdidos nos confins da memória. Perante este continuado e tristonho estupor, ouvem-se vozes desdenhado Setúbal, acusando-a de ter parado no tempo. Alguns, pelo contrário, defendam-na, apreciando o orgulhoso desdém que devota à modernidade e ao bulício cosmopolita de outras cidades da mesma dimensão e importância.

Ninguém sabe ao certo de onde vem esta pungente desolação que cobre as ruas da baixa de uma das cidades mais luminosas de Portugal. O sonolento desconsolo que sobrevoa a envolvente das ruas Paula Borba, Álvaro Castelões e Antão Girão. O deserto que assombra a Praça de Bocage e o Largo da Misericórdia. O ar de abandono que paira nas ruas de Fran Paxeco, António Maria Eusébio e João Eloy do Amaral.

Longe das vistas da foga e irrequieta margem sul, aconchegada atrás das serranias do Louro, S. Luís, Gaiteiros e Arrábida, talvez seja esta quieta melancolia a chancela que defina o ser de Setúbal. Felizmente, muitos que a viram noutros tempos e noutras vestes, rejeitam resignar-se a tão apagado destino. Afiançam que Setúbal precisa apenas que a sacudam e a acordem do longo e deprimido torpor. Oxalá!



Em que casa nasceu o poeta Bocage?

Tiago Gamito Lopes

O poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage foi batizado na freguesia de São Sebastião, da então vila de Setúbal, a 29 de setembro de 1765, tendo nascido no dia 15 do mesmo mês.¹

Desde há muito tempo que a tradição diz que ele nasceu na casa nº 10-12 da Rua Edmond Bartissol, em Setúbal. Essa casa situa-se, de facto, na freguesia onde foi batizado. O local é atualmente uma casa-museu dedicada ao poeta, ainda que não haja provas concretas que demonstrem que realmente fosse aquele o local de nascimento.

No entanto, a curiosidade de saber qual a verdadeira casa tem despertado discussão e trabalho entre os historiadores locais.

Para não nos confundirmos, ir-nos-emos de aqui para a frente referir à atual “Casa de Bocage” como “casa da Rua de São Domingos”, pois, no tempo de Bocage, era assim que se denominava a atual Rua Edmond Bartissol.

Como tudo começou

A atribuição do nascimento de Bocage à casa da Rua de São Domingos teve a sua origem pelo ano de 1862, portanto, já muito depois do tempo da vida do poeta (faleceu em 1805). O investigador setubalense de então, João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), deixou-nos o seu relato de como tudo aconteceu.

Segundo Carvalho, durante os meados do século XIX, “corria porém uma voz vaga em Setúbal, entre os poucos admiradores do génio do poeta e investigadores de suas coisas, de que ele teria nascido na Rua de São Domingos, ou próximo dela”.² Teotónio de Oliveira Banha (1785-1853), casado com uma parente de Bocage,³ era o responsável por estes rumores. Carvalho conta-nos: “Pois, não obstante a sua paixão, Oliveira Banha, interrogado por nós,⁴ sempre declarou que quase tinha a certeza de que o poeta nascera numa casa na Rua de São Domingos, que, segundo as indicações que lhe haviam sido dadas, era situada no extremo norte desta mesma rua, ao canto dela, e

próxima ou junta à volta para a Rua de Gonçalo de Abreu; ou (acrescentava ele) talvez já no princípio desta rua, lado sul; mas que em todo o caso não podia bem precisar o local desta parte da rua, onde (como dizia) quase tinha a certeza que fora para aqui onde estava a casa em que nascera Bocage”.⁵ Mas, para além de Oliveira Banha, mais ninguém falava na casa.

Entretanto, em 1862, foram feitas umas obras na casa nº 10-12 da dita Rua de São Domingos. Nessas obras, foram encontradas umas pinturas numas tábuas de madeira que pareciam representar armas ou emblemas relacionados com o Papa ou com outras autoridades eclesiásticas. Foi logo lembrado que havia membros da família de Bocage que possuíam o apelido “Bispo”. Assim, supôs-se que naquela casa teria residido algum parente do poeta ou mesmo a sua própria família íntima, “e desta suposição nasceria o boato de que o poeta nascera nessa casa”.⁶ Carvalho aproveitou então para perguntar a Joaquim José Barbosa du Bocage⁷ se sabia se alguém da família teria tido algum cargo concedido pela Santa Sé ou por outra autoridade eclesiástica. Aquele parente de Bocage respondeu logo que, de facto, tinha ideia de que o pai do poeta tinha exercido algum cargo de delegado de Roma ou algo semelhante, e que até tinha em casa um selo ou sinete pontifício usado para selar papéis. Carvalho pediu que lhe mostrasse esses papéis, mas “os dias foram passando e nada de sinete nem de papéis com ele estampados”.⁸

Tal como Carvalho apontou na altura, o apelido “Bispo” na família do poeta tinha origem no bisavô Domingos Fernandes Bispo, avô materno do pai de Bocage. Nada tinha que ver com algum cargo superior de alguma autoridade eclesiástica.



Em que casa nasceu o poeta Bocage?

Ao mesmo tempo, o proprietário do edifício afirmava que nas tábuas de madeira, estavam apenas “umas antigas pinturas ou simples arabescos, ou coisa semelhante e nada mais”. Ainda assim, ao proprietário “não desagradou o boato de que naquela casa nascera o poeta Bocage”, pois, explica Carvalho, “a casa poderá subir de valor”.⁹

A notícia de que se tinha encontrado a casa onde nascera Bocage espalhou-se então pelos meios intelectuais da cidade, e, logo em 1864, foi colocada na casa uma lápide alusiva ao nascimento de Bocage.

Para Almeida Carvalho, a questão da casa “começara por uma voz vaga embusteira e acabara por ser reconhecida a mentira”. Como deixou apontado nos seus manuscritos que hoje se podem ver no Arquivo Distrital de Setúbal, Carvalho nunca se deixou convencer de que a casa da Rua de São Domingos fosse realmente a casa em que nascera Bocage. Não sabemos através de que fonte, mas Carvalho chegou mesmo a saber que a casa tinha pertencido a um tal de Manuel Gomes Borralho, que teria sido tesoureiro dos bens da vila na altura em que Bocage nasceu.¹⁰

No entanto, o edifício foi depois adquirido pelo francês Edmond Bartissol em 1887, tendo sido depois o seu nome atribuído a essa rua em 1911. Finalmente, em 2005, foi criado o museu Casa Bocage, dedicado ao poeta.

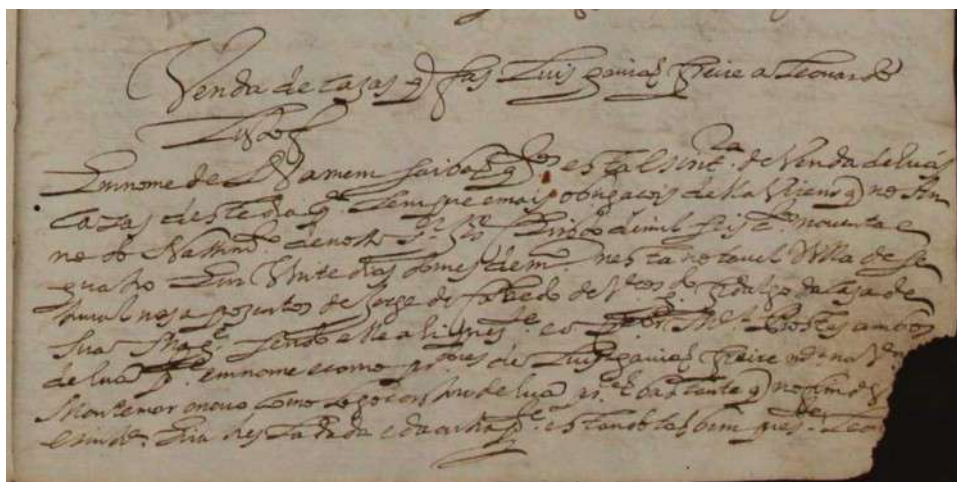
A casa do Largo de Santa Maria

Para determinarmos a efetiva casa onde Bocage nasceu, é necessário averiguar qual era a casa onde os seus pais viviam na altura do seu nascimento.

Em 2003, foi publicado o livro que veio, pela primeira vez, pôr em causa a ligação de Bocage à casa da Rua de São Domingos.¹¹ Segundo o autor, aquela casa estava completamente excluída como hipótese, e o local de nascimento do poeta seria outra casa.

Essa outra casa situava-se no cruzamento do Largo de Santa Maria com a antiga Rua das Canas Verdes (atual troço norte da Rua Dr. António Joaquim Granjo), e teria sido sempre a residência da família de Bocage. Daqui para a frente designaremos esta casa de “casa do Largo de Santa Maria”, para facilitar a leitura.

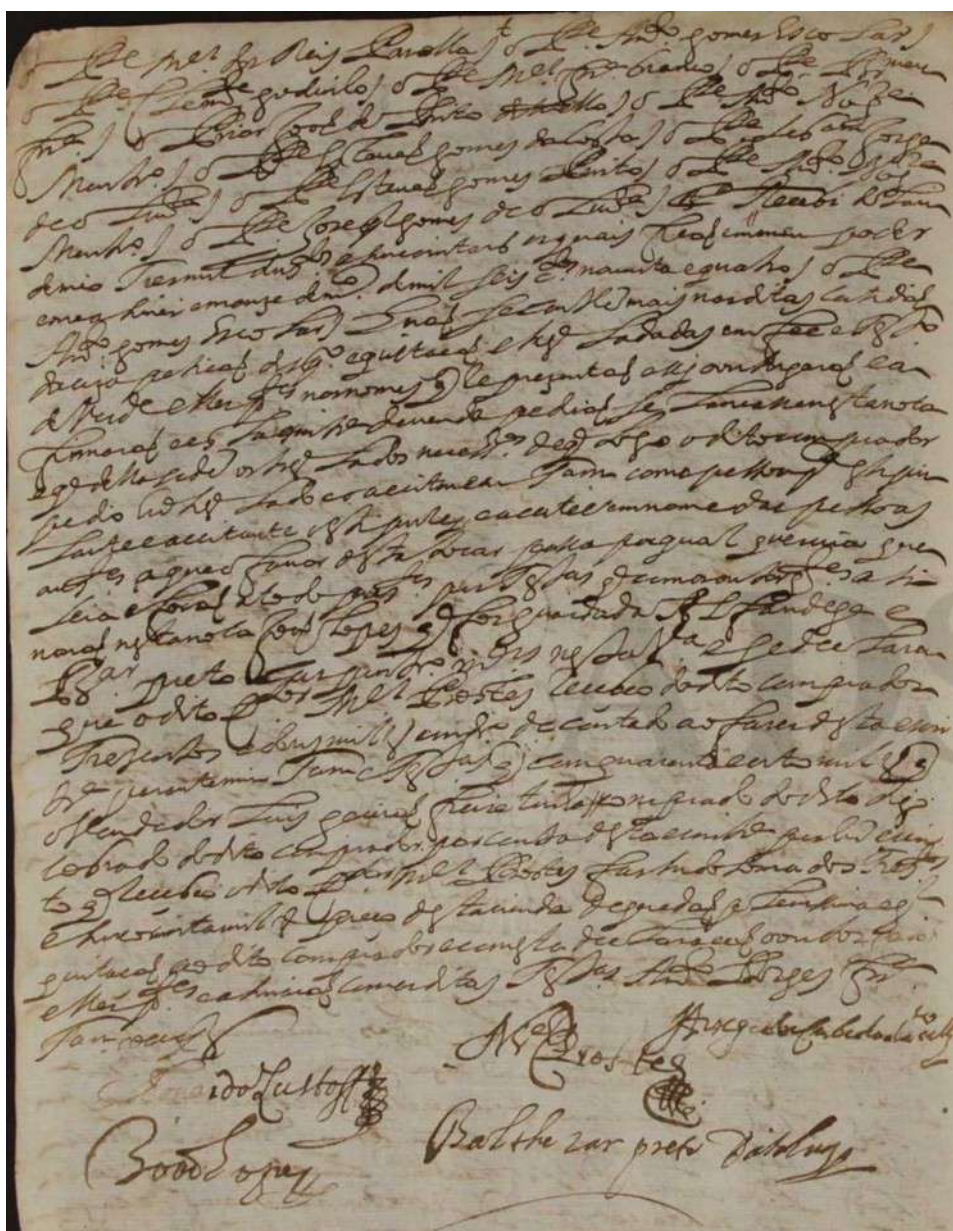
A ligação da casa à família do poeta deu-se muito antes de este nascer. Antes do imóvel ser da família, pertencia a Luís Ganião Freire, morador em Montemor-o-Novo. No final do século XVII, foi por este vendida a Leonardo Lustoff, bisavô de Bocage, pelo preço de 350 mil réis (Docs. 1 e 2).



Doc. 1 – Primeira página da escritura da venda da casa do Largo de Santa Maria, datada de 20 de março de 1694¹²



Em que casa nasceu o poeta Bocage?



Doc. 2 – Última página da dita escritura¹³

Segundo as testemunhas da diligência da habilitação do seu filho Adrião Lustoff, Leonardo Lustoff era filho do alfaiate André Lustoff e de Helena Vandervel, os três holandeses católicos da cidade de Haia.¹⁴ Leonardo veio para Portugal ainda solteiro, onde já se encontrava em Setúbal em 1671, quando casou com Francisca Rodrigues na freguesia de São Sebastião.¹⁵ Após a morte desta, casou em Lisboa com Luísa Isabel Vanzitter,¹⁶ cujo pai era também holandês.¹⁷ Vivía abastado, pois era quem representava os inte-

resses económicos dos estados dos Países Baixos na vila de Setúbal, havendo registo de que negociava sal¹⁸ e de que possuía um escravo chamado António.¹⁹ Para além da casa do Largo de Santa Maria, era também proprietário de umas casas na Praça de Palhais e de uma vinha no sítio rural da Azeda.²⁰ Leonardo Lustoff acabou por falecer a 29 de dezembro de 1701²¹ e deixou vários filhos e filhas resultantes de ambos os casamentos,²² sendo que o poeta Bocage descende da filha mais nova, Clara.



Em que casa nasceu o poeta Bocage?

Segundo as testemunhas da diligência da habilitação do seu filho Adrião Lustoff, Leonardo Lustoff era filho do alfaiate André Lustoff e de Helena Vandervel, os três holandeses católicos da cidade de Haia.¹⁴ Leonardo veio para Portugal ainda solteiro, onde já se encontrava em Setúbal em 1671, quando casou com Francisca Rodrigues na freguesia de São Sebastião.¹⁵ Após a morte desta, casou em Lisboa com Luísa Isabel Vanzitter,¹⁶ cujo pai era também holandês.¹⁷ Vivia abastado, pois era quem representava os interesses económicos dos estados dos Países Baixos na vila de Setúbal, havendo registo de que negociava sal¹⁸ e de que possuía um escravo chamado António.¹⁹ Para além da casa do Largo de Santa Maria, era também proprietário de umas casas na Praça de Palhais e de uma vinha no sítio rural da Azeda.²⁰ Leonardo Lustoff acabou por falecer a 29 de dezembro de 1701²¹ e deixou vários filhos e filhas resultantes de ambos os casamentos,²² sendo que o poeta Bocage descende da filha mais nova, Clara.

Clara Francisca Joaquina Xavier Lustoff, avó materna do poeta, nasceu provavelmente na própria casa do Largo de Santa Maria, pois os pais, sendo proprietários do imóvel, deviam lá residir. Batizada a 3 de setembro de 1696,²³ casou em Lisboa a 13 de junho de 1720 com o vice-almirante francês Gill l'Hedois de Bocage,²⁴ com quem teve duas filhas: Antónia Inácia Feliciano Xavier de Bocage,²⁵ que nasceu em 1721;²⁶ e Mariana Joaquina Caetana Xavier de Bocage, que nasceu em 1726.²⁷ Gill de Bocage prestara muitos serviços à Coroa portuguesa, que mais tarde seriam, por seu desejo,²⁸ renumerados e repartidos pelas filhas.²⁹ Com o falecimento do marido, em 1727,³⁰ Clara voltou para Setúbal com as duas filhas. Esta família vivia na casa do Largo de Santa Maria, cuja propriedade Clara herdou depois da morte da sua mãe, por ser a única filha ainda viva.

A 6 de junho de 1758, Mariana Joaquina de Bocage contraiu matrimónio com o desembargador José Luís Soares de Barbosa, na freguesia de São Sebastião.³¹

Nos anos que se seguiram, o casal teve os seguintes filhos: Maria Agostinha Barbosa du Bocage, em 1759,³² Ana das Mercês Barbosa du Bocage, em 1760,³³ Gil Francisco Barbosa du Bocage, em 1762;³⁴ e Manuel Maria Barbosa du Bocage, o insigne poeta, em 1765.

Estará assim provado que o poeta Bocage nasceu no Largo de Santa Maria?

Não.

A julgar pelo básico que sabemos, isto é, que Bocage foi

batizado na freguesia de São Sebastião, mais depressa teria nascido na casa da Rua de São Domingos do que na do Largo de Santa Maria (atendendo a que os nascidos eram batizados na sua paróquia). Acontece que a casa do Largo de Santa Maria pertencia já à freguesia de Santa Maria da Graça, ficando a uma distância de pouquíssimos metros da própria Igreja Paroquial de Santa Maria da Graça. Os irmãos mais velhos do poeta foram igualmente batizados na freguesia de São Sebastião, portanto, o batismo de Manuel Maria nesta freguesia não foi uma exceção.

Mas então como se pensou que Bocage poderia ter nascido na casa do Largo de Santa Maria?

Gonçalves presumiu que todo o Largo de Santa Maria pertencia à freguesia de São Sebastião,³⁵ sendo então possível o nascimento do poeta nessa casa e o seu batismo em São Sebastião.

Ora, há uma fonte da época que nos esclarece este assunto. O tabelião Gregório de Freitas (1701-1769) deixou vários apontamentos manuscritos sobre Setúbal, sua terra, que já há muito tempo se encontram depositados na Biblioteca Nacional. Muitos desses manuscritos contêm até informações relevantes da família de Bocage. Mas o importante é que, segundo Freitas, naquele tempo, o topónimo Largo de Santa Maria não compreendia só o atual largo, mas também os atuais Largo do Corpo Santo, Terreiro de Santa Maria e Rua de Santa Maria. Era assim porque o ponto de referência era a Igreja de Santa Maria, matriz da vila, sendo que todas as casas edificadas à volta da igreja se situavam no Largo ou Terreiro de Santa Maria (parece que até à primeira metade do século XVIII era mais comum chamar-se “terreiro” e na segunda metade tornou-se mais comum chamar-se “largo”). Atualmente, a toponímia das ruas é bem diferente: ao lado norte da igreja designa-se Largo do Corpo Santo, ao lado sul designa-se Terreiro de Santa Maria (mantendo a designação arcaica), ao lado oeste designa-se Largo de Santa Maria (o atual), e ao lado leste designa-se Rua de Santa Maria. A casa do Largo de Santa Maria situava-se efetivamente no atual Largo de Santa Maria.

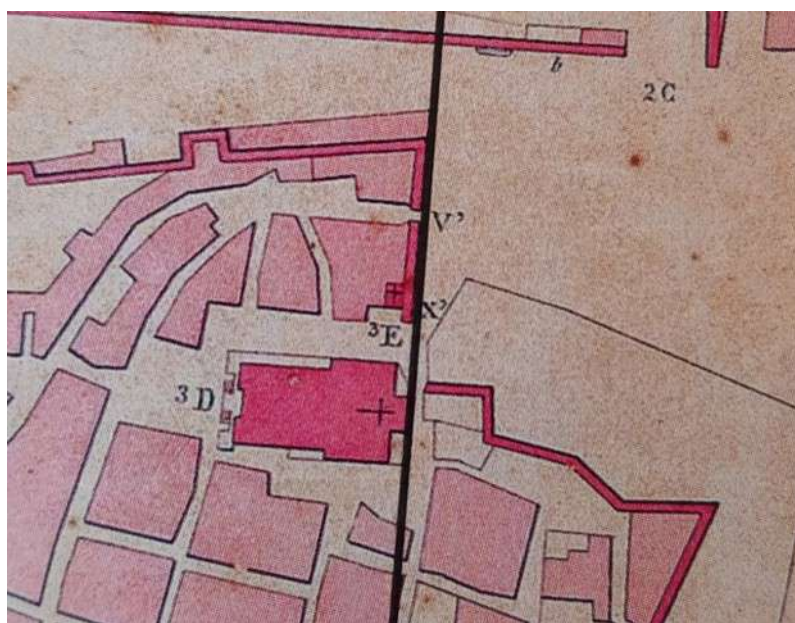


Em que casa nasceu o poeta Bocage?

Gregório de Freitas, num estudo demográfico que fez em Setúbal em 1741, dividiu o Largo ou Terreiro de Santa Maria como estando as habitações dos lados norte, sul e oeste na freguesia de Santa Maria da Graça, e as do lado leste na freguesia de São Sebastião. Assim, apenas a atual Rua de Santa Maria pertencia a São Sebastião; o resto, incluindo o atual Largo de Santa Maria, pertencia à freguesia de Santa Maria da Graça.³⁶

O equívoco partiu da interpretação da consulta dos livros da listagem dos impostos das décimas. Este imposto era cobrado sobre prédios e outros rendimentos e tinha sido

reintroduzido no ano de 1762.³⁷ Os livros onde vão lançadas as décimas referentes a cada freguesia desse ano têm-se mostrado muito importantes, pois são os instrumentos que têm ajudado os historiadores locais a perceber quais eram as fronteiras definidas entre as freguesias,³⁸ nomeadamente entre as de Santa Maria da Graça e de São Sebastião, que é diferente da atual. A consulta destes livros, através da toponímia e das moradas dos prédios, vem confirmar os apontamentos de Gregório de Freitas,³⁹ que também são bastante claros em relação à fronteira (Doc. 3).



Doc. 3 – A linha preta que atravessa a meio da imagem é a fronteira entre as duas freguesias no tempo de Bocage. No lado direito, é a freguesia de São Sebastião e o edifício a vermelho mais escuro é a igreja matriz de Santa Maria. A casa do Largo de Santa Maria situa-se precisamente por baixo da legenda que diz “3D”.

Apesar de se ter anteriormente interpretado que o Terreiro ou Largo de Santa Maria ficava inteiramente em São Sebastião, podemos ver pelo Doc. 3 que a parte onde se situava a casa do Largo de Santa Maria ficava na freguesia de Santa Maria da Graça. Para além disso, vários registos da família do poeta apontam igualmente para a casa do Largo de Santa Maria se situar nessa freguesia, tais como os casamentos da irmã Maria Agostinha, do irmão Gil Francisco⁴⁰ e da tia António Inácia,⁴¹ e os óbitos da irmã Maria Eugénia,⁴² da mãe Mariana Joaquina, da avó Clara Francisca, da bisavó Luísa Vanzitter⁴³ e do segundo marido desta,

de nome João Tomás Correia.⁴⁴

Mas então se não foi na Rua de São Domingos nem no Largo de Santa Maria, onde terá nascido Bocage? Haverá uma terceira casa?

Um procedimento fácil para encontrar as moradas de cada pessoa naquele tempo é pela análise dos róis de confessados de cada paróquia. Um rol de confessados consistia numa lista de paroquianos, feita todos os anos na altura da Quaresma, quando cada paroquiano estava obrigado a confessar-se e a declarar a sua residência.



Em que casa nasceu o poeta Bocage?

No entanto, cada rol está dependente do estado de conservação e da gestão de cada paróquia, tornando sempre difícil a sua consulta. Na freguesia de São Sebastião, encontram-se desaparecidos os registos referentes ao período de 1754 a 1773, o que não nos facilita nesta investigação. O próprio Almeida Carvalho já tinha consultado os registos e não tinha tido êxito em encontrar o que procurava.⁴⁵

Na freguesia de Santa Maria da Graça, segundo parece, não há róis de confessados nenhuns que tenham chegado aos nossos dias, também dificultando a investigação.⁴⁶

Não havendo, portanto, róis de confessados que nos ajudem, restam-nos então os livros das décimas, de que já aqui falámos. E é aqui que nos aproximamos muito da resposta que procuramos. Os livros em que estão registados os impostos da décima são bem mais complexos do que os róis de confessados. O imposto, que consistia numa taxa de 10% (décima), incidia sobre três tipos de rendimentos:

- Uma parte dos rendimentos de imóveis. A décima dos prédios estava organizada através do “livro dos arruamentos”, que indicava quem era o proprietário de cada imóvel, em que lado da rua se situava, quantos andares tinha e quanto dinheiro rendia ao dono, porque era este que pagava o imposto.

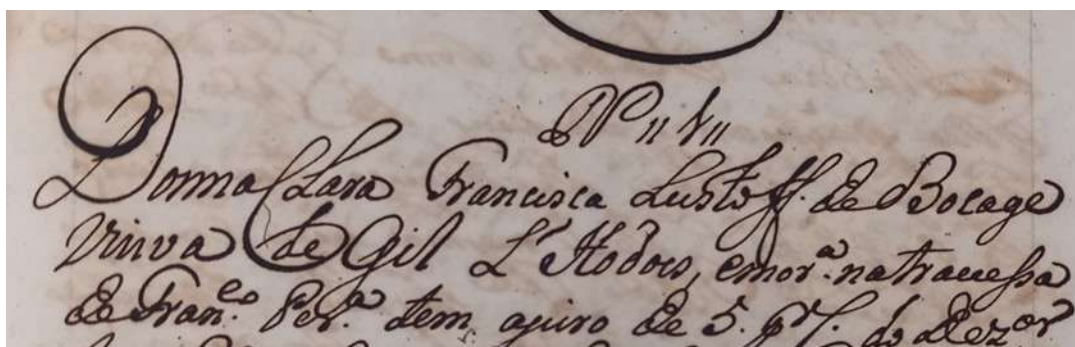
- Uma parte do salário, o chamado “maneio”. Cada

trabalhador assalariado tinha de pagar uma décima do seu maneio, e os números estavam registados através da morada de cada contribuinte.

- Dinheiro a pagar por qualquer juro. Os números estavam registados por ordem alfabética dos nomes de cada contribuinte, e também estava indicada a sua morada. Todas estas informações são importantes e cruciais para percebermos onde é que os pais de Bocage viviam quando este nasceu.

A terceira casa

A análise dos livros das décimas indica-nos que Clara Francisca, avó de Bocage, não viveu sempre na casa do Largo de Santa Maria. Nos registos das décimas de juro, ela aparece como moradora na Travessa de Francisco Pereira (doc. 4). Essa casa situava-se na freguesia de São Sebastião e só temos conhecimento do imóvel através desse registo. Assim, vemos que houve uma mudança de casa, onde Clara Francisca não vivia na casa de que era proprietária, pelo menos naquele ano de 1762. Adelto Gonçalves considera que a mudança, sendo temporária, poderá ter-se devido a obras que se fizeram na casa do Largo de Santa Maria,⁴⁷ que ficou danificada com o terramoto de 1755. Chamaremos a esta terceira casa, mais uma vez, para facilitar, “casa da Travessa de Francisco Pereira”.



Doc. 4 – Lançamento da décima de juro em que a avó do poeta é moradora na Travessa de Francisco Pereira.⁴⁸

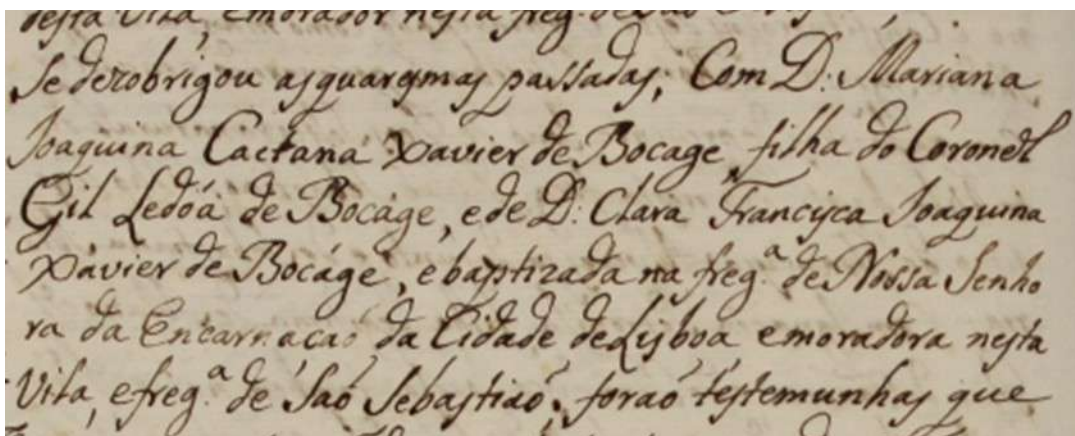


Em que casa nasceu o poeta Bocage?

O que é que a morada da avó do poeta tem a ver com a casa de nascimento de Bocage? Um abaixo-assinado da Provedoria de Setúbal, datado de 1795, declara que José Luís Soares de Barbosa, pai do poeta, tinha vivido sempre na companhia da sua sogra depois de consumado o casamento com Mariana Joaquina.⁴⁹

Mas, à primeira vista, a declaração dá a entender que a família tinha sempre vivido na casa do Largo de Santa Maria, mas assim, fica por explicar como é que Clara Francis-

ca, proprietária da casa, aparece como moradora noutra rua à data em que a família deveria estar a viver na casa do Largo de Santa Maria. Ao mesmo tempo, quando José Luís e Mariana Joaquina se casaram, esta é referida como sendo moradora na freguesia de São Sebastião (doc. 5). Também não bate certo se considerarmos que a mãe do poeta deveria estar a viver na casa do Largo de Santa Maria, que, como já vimos, não fica na freguesia de São Sebastião.



Doc. 5 – Excerto do registo de casamento dos pais de Bocage, onde se pode ler que Mariana Joaquina morava na freguesia de São Sebastião em 1758.

A credibilidade do abaixo-assinado não está em causa, pois nele constam pessoas da governança da vila e amigos da família, tais como Heitor Mendes Botelho de Moraes Sarmiento,⁵⁰ que foi o próprio padrinho de batismo de Bocage, o padre Clemente Xavier da Rocha, que estaria sempre presente em muitos atos paroquiais da família,⁵¹ e Joaquim Moreira de Carvalho, casado com Ana Luísa Bárbara Soares de Barbosa,⁵² irmã de José Luís. Para além disso, o próprio José Luís ainda estava vivo e, certamente, não seria alheio se as declarações sobre ele estivessem erradas.

Tudo aponta para que, nalgum momento, Clara Francisca e a filha viveram por um pequeno período de tempo na casa da Travessa de Francisco Pereira, juntando-se José Luís depois de casar com Mariana Joaquina. Vemos, assim, que nos anos de 1758 e de 1762 a família morava nessa casa, o que corresponde ao período em que nasceram, não só o poeta, mas também todos os seus irmãos mais velhos.

Posteriormente ao nascimento de Bocage, José Luís foi nomeado ouvidor da cidade de Beja e para lá foi viver com

a sua mulher e filhos. O poeta teria ainda mais duas irmãs: Maria Eugénia Barbosa du Bocage, nascida em Beja em 1768;⁵³ e Maria Francisca Barbosa du Bocage, nascida já outra vez em Setúbal, em 1771. Esta última, que foi sempre a mais próxima de Bocage, foi batizada na freguesia de Santa Maria da Graça,⁵⁴ quando a família já estava regressada do Alentejo.

No mesmo ano de 1771, José Luís foi detido pelo corregedor de Setúbal, acusado de não ter encaminhado determinados impostos para a Coroa enquanto desembargador. No auto da detenção, consta que vive na casa do Largo de Santa Maria, cuja propriedade é da sua sogra e estava agora sequestrada pela Coroa.⁵⁵ Assim se explica como é que Maria Francisca foi batizada em Santa Maria, pois a família já se tinha mudado para a casa do Largo de Santa Maria. É neste auto que fica dito que a casa sofrera obras por ter sido danificada pelo terramoto de 1755.



Em que casa nasceu o poeta Bocage?

Foi por causa da detenção do pai de Bocage que várias pessoas da governança da vila fizeram o abaixo-assinado onde declaravam que José Luís tinha ido viver para a casa da sogra. A declaração é ambígua, mas o objetivo era, claramente, apenas mostrar que José Luís nunca tinha sido proprietário da casa do Largo de Santa Maria, que só tinha ido para lá viver por ter casado com a filha da proprietária.⁵⁶ Assim também se explica que não seria relevante mencionar que, por um pequeno período, a família tinha vivido noutra morada.

Para além da terceira casa

Em relação à casa da Rua de São Domingos, vemos que Almeida Carvalho estava certo. O livro das décimas de 1762 indica que a terceira casa do lado direito de quem vem a descer a rua (na época, as casas não eram numeradas) pertencia, de facto, a Manuel Gomes Borralho,⁵⁷ que, inclusivamente, vivia naquela sua propriedade. Isto é corroborado pelos róis de confessados de São Sebastião referentes aos anos de 1774 e 1780, onde Manuel Gomes Borralho e a sua família constam como moradores na Rua de São Domingos.⁵⁸

Para além de excluir a casa da Rua de São Domingos, os livros das décimas vêm também reforçar ainda mais a ideia de que a família do poeta não vivia na casa do Largo de Santa Maria naquela altura.

A casa não aparece no livro das décimas da freguesia de Santa Maria da Graça, nem no Largo ou Terreiro de Santa Maria, nem na Rua das Canas Verdes (a casa ficava no cruzamento destas). Isto mostra que a casa não estava sequer registada no livro dos arruamentos da freguesia, o que significa que estava desabitada e já assim devia estar há algum tempo. Pois, se a casa era habitada, Clara Francisca, sendo a proprietária, teria de pagar o imposto da décima, e, se a casa não tivesse rendido apenas naquele ano (se tivesse ficado devoluta apenas naquele ano), teria aparecido, ao menos, no livro dos arruamentos da freguesia, como acontecia com outros prédios. Tudo bate certo se tivermos em conta que a casa havia ficado danificada aquando do terramoto de 1755.

Ficando definitivamente excluídas as casas da Rua de São Domingos e do Largo de Santa Maria, resta-nos a da Travessa de Francisco Pereira como a mais plausível.

Nunca saberemos, no entanto, se, nos poucos anos em que o poeta e os seus irmãos mais velhos nasceram, José Luís Soares de Barbosa e Mariana Joaquina de Bocage poderão ter vivido em casa de outros familiares. Parece muito pouco provável,⁵⁹ mas não podemos rejeitar essa hipótese. Havia outros familiares que também moravam na freguesia de São Sebastião.

Da família materna de Bocage, a sua tia Antónia Inácia de Bocage, já aqui mencionada, morava no Postigo do Carvão, atual troço sul da Rua Dr. António Joaquim Granjo, no lado ocidental. A casa havia pertencido a Adrião Lustoff, falecido em 1757,⁶⁰ também já aqui referido. O filho deste, Leonardo José Lustoff Castelo-Branco, familiar do Santo Ofício⁶¹ e pessoa da governança da vila,⁶² havia casado com Antónia Inácia, que era sua prima. À altura do nascimento do poeta, moravam, para além dos tios, os padres José Manuel Lustoff e Caetano Alberto Lustoff, irmãos de Leonardo José, os filhos deste, Manuel José, Mariana Luísa e Maria Eduarda, e mais dois ou três escravos.⁶³

Já na família do lado do pai, os avós Luís Barbosa Soares e Eugénia Maria Inácia de Bulhões moravam na Praça de Palhais, em 1762.⁶⁴ No entanto, em 1767, Luís Barbosa Soares, proprietário de um dos ofícios de tabelião do judicial e notas da vila, declarou numa diligência de habilitação que morava na freguesia de Santa Maria da Graça.⁶⁵ É certo que, pouco tempo depois, já morava outra vez na freguesia de São Sebastião, como o próprio o declarou numa outra diligência de habilitação⁶⁶ e como se pode ver no rol de confessados do ano de 1774.⁶⁷

Voltando à terceira casa

O livro das décimas dos prédios indica que só havia habitações no lado oriental da Travessa de Francisco Pereira. Havia três prédios e uma casa térrea que se encontrava devoluta, pertencente a Luís Pereira.⁶⁸ Num dos prédios, como vimos, vivia a avó materna de Bocage, e, muito provavelmente, os pais e os irmãos do poeta.

O primeiro prédio, vindo de sul para norte, era propriedade de Francisco Pereira de Azevedo e Horta, que deu o nome à travessa,⁶⁹ e dispunha de dois rés-do-chão e um primeiro andar.



Em que casa nasceu o poeta Bocage?

O segundo prédio pertencia a Manuel de Paços, de Lisboa, e dispunha também de dois rés-do-chão, um primeiro andar, mas também de um segundo andar.

O terceiro prédio tinha como dono o padre Sebastião Dias Gordilho, e dispunha de um rés-do-chão, de um primeiro

andar e de um segundo andar.

Num destes rés-do-chão, ou andares, vivia, como mostram os livros das décimas de juro, Clara Francisca de Bocage, e, de acordo com esta investigação, é onde terá nascido o nosso poeta. (Doc. 6)



Doc. 6 – Travessa de Francisco Pereira nos dias de hoje



Em que casa nasceu o poeta Bocage?

Referências:

- 1 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Sebastião*, Registo de Batismos nº 8, folha 176v.
- 2 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, História, História Familiar, Sociedade...*, documento 1623, folha 29.
- 3 – Ana Catarina de Miranda Henriques du Bocage, filha de José Filipe Xavier du Bocage, primo direito do poeta pelo lado materno.
- 4 – Almeida Carvalho tinha a particularidade de se referir a si próprio na primeira pessoa do plural.
- 5 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, História, História Familiar, Sociedade...*, documento 1623, folha 30.
- 6 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, História, História Familiar, Sociedade...*, documento 1623, folha 31.
- 7 – Teria nascido em 1810 e seria filho de José Vicente Barbosa du Bocage, primo direito do poeta pelo lado paterno. Adolfo Gonçalves, *Bocage: Um Perfil Perdido*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, pág. 9.
- 8 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, História, História Familiar, Sociedade...*, documento 1623, folha 32.
- 9 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, História, História Familiar, Sociedade...*, documento 1623, folha 33.
- 10 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, Educação e Cultura*, documento 53, folha 1.
- 11 – Adolfo Gonçalves, *op. cit.*
- 12 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Cartório Notarial de Setúbal – 5ª Ofício*, Livro de Notas nº 20, folha 16.
- 13 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Cartório Notarial de Setúbal – 5ª Ofício*, Livro de Notas nº 20, folha 18v.
- 14 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Tribunal do Santo Ofício, Concelho Geral do Santo Ofício, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação*, documento 15, folhas 14v-15v, datado de 11 de janeiro de 1717.
- 15 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Sebastião*, Registo de Casamentos nº 1, folha 93v, datado de 15 de novembro.
- 16 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Paróquia de Santa Catarina*, Livro de Registo de Casamentos nº 4, folha 233v, datado de 27 de maio de 1682.
- 17 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mesa da Consciência e Ordens, Comum das Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letras I e J*, maço 97, documento 89, datado de 3 de março de 1742.
- 18 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, História, História Familiar, Sociedade...*, documento 1535, folha 1.
- 19 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Óbitos nº 1, folha 93, datado de 20 de junho de 1701.
- 20 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Cartório Notarial de Setúbal – 5ª Ofício*, Livro de notas nº 20, folha 92, datado de 20 de dezembro de 1695.
- 21 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Óbitos nº 1, folha 96.
- 22 – Biblioteca Nacional de Portugal, *Reservados*, códice 1069, folhas 19-20.
- 23 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Batismos nº 5, folha 136.
- 24 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Paróquia da Encarnação*, Livro de Registo de Casamentos nº 6, folha 30.
- 25 – O testamento de Gill de Bocage, no entanto, indica o nome da primeira filha como Antónia Francisca Josefa.
- 26 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Paróquia da Encarnação*, Livro de Registo de Batismos nº 11, folha 22, datado de 1 de junho.
- 27 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Paróquia da Encarnação*, Livro de Registo de Batismos nº 11, folha 154v, datado de 21 de agosto.
- 28 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, Registo Geral de Testamentos, Testamentos de Lisboa e seu termo*, livro 187, folha 109, datado de 28 de outubro de 1727.
- 29 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Cartório Notarial de Setúbal – 1ª Ofício*, Livro de notas nº 34, folhas 89v-90, datado de 14 de outubro de 1739.
- 30 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Paróquia da Encarnação*, Registo de Óbitos nº 10, folha 111v, datado de 25 de outubro.
- 31 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Sebastião*, Registo de Casamentos nº 5, folhas 22-22v.
- 32 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Sebastião*, Registo de Batismos nº 7, folha 183v, datado de 28 de agosto.
- 33 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Sebastião*, Registo de Batismos nº 8, folha 29v, datado de 31 de outubro.
- 34 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Sebastião*, Registo de Batismos nº 8, folha 98, datado de 19 de outubro.
- 35 – Adolfo Gonçalves, *op. cit.*, pág. 37.
- 36 – Biblioteca Nacional de Portugal, *Reservados*, códice 208, folhas 351-351v.
- 37 – O imposto foi criado ainda no século XVII, mas esteve suspenso até ser reativado.
- 38 – Diogo Ferreira, *Breve História da Freguesia de São Sebastião – Setúbal*. Setúbal: Estuário História, 2021, pág. 20.
- 39 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Erário Régio, Contadarias da Corte e Estremadura, Impostos*, livros 6105 e 6155.
- 40 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Casamentos nº 7, folhas 87 e 98, datados respetivamente de 8 de dezembro de 1792 e de 30 de outubro de 1794.
- 41 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Casamentos nº 5, folha 115, datado de 24 de outubro de 1742.
- 42 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Óbitos nº 4, folha 45v, datado de 27 de maio de 1792.
- 43 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Óbitos nº 3, folhas 82v, 104v, e 1v, datados respetivamente de 5 de agosto de 1774, de 19 de março de 1778 e de 25 de janeiro de 1755.
- 44 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Óbitos nº 2, folha 112v, datado de 28 de outubro de 1738.
- 45 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, História, História Familiar, Sociedade...*, documento 1623, folha 29.
- 46 – O pároco da paróquia deu-me tal informação a 7 de julho de 2024.
- 47 – Adolfo Gonçalves, *op. cit.*, pág. 52.
- 48 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Erário Régio, Contadarias da Corte e Estremadura, Impostos*, livro 6155, folha 269.
- 49 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Provedoria de Setúbal*, maço 15, documento 32, folhas 54-54v.
- 50 – Guarda-Mor do Sal de Setúbal e proprietário da Quinta das Machadas.
- 51 – Chegou a representar José Luís Soares de Barbosa enquanto este estava preso, num batismo datado de 13 de dezembro de 1772, da freguesia de Santa Maria da Graça.
- 52 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Julião*, Registo de casamentos nº 6, folha 166, datado de 21 de agosto de 1753.
- 53 – Arquivo Distrital de Beja, *Paróquia de Santa Maria da Feira*, Registos de Batismos nº 14, folha 35v, datado de 13 de outubro.
- 54 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de Santa Maria da Graça*, Registo de Batismos nº 8, folhas 34v-35, datado de 26 de junho.
- 55 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Provedoria de Setúbal*, maço 15, documento 32, folhas 12-12v, documento referido por Adolfo Gonçalves, *op. cit.*, págs. 430-431.
- 56 – Adolfo Gonçalves, *op. cit.*, pág. 250.
- 57 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Erário Régio, Contadarias da Corte e Estremadura, Impostos*, livro 6155, folha 40.
- 58 – Borralho vivia com a mulher, com uma filha, com uma sobrinha, com duas criadas e com um escravo.
- 59 – Tendo em conta as referidas declarações das várias pessoas da governança de Setúbal, onde fica dito de forma unânime que José Luís sempre vivera na companhia da sogra desde o seu casamento.
- 60 – Arquivo Distrital de Setúbal, *Paróquia de São Sebastião*, Registo de Óbitos nº 3, folha 112, datado de 20 de janeiro.
- 61 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício, Ministros e Familiares, Diligências de Habilitação*, documento 16753, datado de 1736.
- 62 – Biblioteca Nacional de Portugal, *Reservados*, códice 1069, folha 19.
- 63 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Erário Régio, Contadarias da Corte e Estremadura, Impostos*, livro 6155, folhas 10v-11. Corroborado pelos róis de confessados dos anos de 1752, 1753 e 1774.
- 64 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Erário Régio, Contadarias da Corte e Estremadura, Impostos*, livro 6155, folha 281.
- 65 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mesa da Consciência e Ordens, Comum das Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letras I e J*, maço 40, documento 12, folha 12, datada de 24 de junho.
- 66 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mesa da Consciência e Ordens, Comum das Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo*, Letra A, maço 30, documento 10, folha 15, datada de 7 de março de 1773.
- 67 – Vivia na Rua de São Sebastião (atual Rua Arronches Junheiro), com a sua mulher Eugénia Maria Inácia, com a sua filha Maria Narcisa, com uma tal de Maria Pereguima (?), e com a criada Joaquina da Conceição.
- 68 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Erário Régio, Contadarias da Corte e Estremadura, Impostos*, livro 6155, folhas 13-13v.
- 69 – Parece ter sido uma prática comum naquela zona da vila, pois, perto da Travessa de Francisco Pereira, havia a Travessa de Gonçalo José, hoje conhecida apenas por Travessa do Gonçalo, que tinha esse nome por lá possuir vários prédios Gonçalo José de Campos e Sousa.



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado

Joaquina Soares

Contextualização histórica

A história naval do Sado é longa e importante, com dois portos que armavam navios oceânicos, Alcácer do Sal e Setúbal, certamente desde a Idade do Ferro, provavelmente a partir do século VII AC. A pujante Alcácer do Sal sidérica (Beuipo), no fundo de estuário, então francamente desassoreado, teria ótimas condições para a construção naval, rodeada que estava de boas florestas de pinho. Com efeito, as primeiras notícias escritas sobre a história naval do Sado referem que dos seus estaleiros saiu uma frota, no ano de 997, em expedição contra Santiago de Compostela, e, no século XII, o geógrafo muçulmano Edrisi incluía Alcácer entre os principais portos do Ocidente Ibérico. Alcácer do Sal continuaria até à Idade Contemporânea a comportar-se como porto de mar, mau grado o progressivo assoreamento do rio. A sua atividade piscatória e mercantil foi acompanhada por embarcações oceânicas durante o século XVIII e inícios do XIX: "lança do alto", "hiate português", "caíque". Porém, a secundarização do porto de Alcácer do Sal face ao de Setúbal inicia-se logo a partir do período medieval cristão, vindo este último porto a dominar rapidamente as atividades navais. No período tardo-medieval (reinado de D. João II) e na Idade Moderna, adquirirá importância nacional e internacional. Tenha-se presente que a caravela foi adaptada a navio de guerra nos estaleiros de Setúbal, no âmbito da preparação da expansão marítima planeada por D. João II, sob controle régio de proximidade, e que essa inovação tecnológica desempenhou um papel decisivo no bom êxito de tão ousado empreendimento. Nos séculos XVI e XVII, o porto de Setúbal atravessa uma fase de internacionalização sem precedentes, em resultado do comércio do sal com a Europa setentrional. Relatos circunstanciados da segunda metade do século XVIII dizem-nos que este porto da foz do Sado, entre a abertura da barra e a ponta da coutada de Santa Catarina, tinha capacidade para receber 500 naus, além das embarcações da terra, e que as suas condições de abrigo superavam as do porto de Lisboa. A partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, o ciclo de indústria conserveira de peixe em azeite e embalagem esterilizada (método Appert)

desencadeou um surto de desenvolvimento das atividades piscatórias, portuárias (obras de construção no porto), e reanimou os estaleiros navais, onde se construíram e repararam barcas da armação, meias-luas, saveiros e bateiras, canoas do alto e lanchas, galeões a remos e buques, vapores e traineiras, navios costeiros de longo curso, e também as embarcações específicas do Sado, aqui criadas no final do século XIX e primeira metade do século XX (hiate de Setúbal, laitau e galeão do sal).

No princípio da década de 1970, o estuário do Sado era ainda um "museu" vivo de embarcações de madeira, com destaque para os galeões do sal que transportavam carga no rio e para os últimos hiates de Setúbal. O galeão do sal, bom veleiro, será recuperado para recreio no âmbito do movimento de recuperação de embarcações tradicionais da década de oitenta. O ano de 1985 parece ter marcado a total derrota do sal pela rede de frio, encerrando com ela a aventura salineira dos galeões de carga. Em 1987, encontravam-se a navegar 12 galeões, sendo apenas dois de propriedade portuguesa, o "Pinto Luísa" (particular) e o "Zé Mário", da Reserva Natural do Estuário do Sado. A mais ousada intervenção do movimento de recuperação de veleiros tradicionais na região foi a construção de uma réplica fiel do "hiate de Setúbal", em 1994, no estaleiro Jaime Silva, em Sarilhos Pequenos, concelho da Moita, quando no Sado a actividade de construção de embarcações tradicionais de madeira estava extinta. Em 2008, foi recuperado pelo registo o que restava do último galeão do sal, "Fundação de Portugal" (1940), abandonado no cais da Sapec, com biografia complexa. Antes nomeado "Bertinha" (1930), terá resultado da provável transformação de uma canoa da sacada (embarcação de pesca muito comum no Sado), o que ilustra bem a versatilidade e *know how* dos construtores navais setubalenses. O projecto de reconstrução do "Fundação de Portugal", elaborado pelo Eng.º naval Luís Correia Lopes, foi entregue à guarda da APSS para eventual reconstrução.



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado

Embarcações específicas do Sado

Hiate de Setúbal (Figs. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10)

O hiate de Setúbal surgiu na segunda metade do século XIX, como variante do hiate português, de transporte de mercadorias ao longo da costa, durante o século XVIII e em grande parte do Século XIX. Com a construção do caminho de ferro a partir de 1860 e o aparecimento do navio a vapor, sobretudo no último quartel do século XIX, o hiate português perde protagonismo no comércio marítimo e refugia-se no estuário do Sado, ao serviço da navegação fluvial e costeira de pequeno curso, sofrendo alterações que originaram a variante hiate de Setúbal. O hiate "Pardal", construído em 1840, viria a ser abatido em 1950 e o "Estefânia" navegou até 1970. No hiate de Setúbal mantém-se o casco de proa bojuda e beque, mas agora com voluta estereotipada e pequeno e quase horizontal gurupez, sem ou com aparelho vestigial; o convés é corrido sem o tombadilho do hiate português. Arma dois mastros da mesma altura com vela de carangueja em ambos e duas velas de estai no mastro vertical da vante; o mastro da ré apresenta caimento com c. 10º, como no hiate primitivo. Dimensões: L. - 15 a 19m; boca - 4,3 a 5,2m; pontal - 1,5 a 1,7m.

Laitau (Figs. 1, 7, 8)

A partir de 1925, surge uma nova variante de embarcação de carga com origem no hiate de Setúbal, o laitau, dotado de armação de cuter (um só mastro vertical, onde envergava uma vela grande, sem retranca, e uma vela de estai amurada no gurupez). O casco manteve-se semelhante ao do hiate, de popa ogival, proa bojuda, "típico beque e gurupez, convés corrido, com duas escotilhas grandes para carga e duas pequenas para os alojamentos".

Dimensões: L. - 12 a 16m; boca - 3,6 a 3,8m; pontal - 1,0 a 1,3m.

Galeão do Sal (Figs. 1, 10)

Este tipo de embarcação constitui uma adaptação local do galeão a remos usado na pesca (1880-1925), uma vez ultrapassado pela concorrência do vapor do cerco. A principal transformação operada na adaptação do galeão de pesca

(Fig. 9) a galeão de carga (galeão do sal) consistiu na substituição da única e pesada vela bastarda, por vela de carangueja e estai, aparelho vélico que podia então ser manobrado somente por dois homens (1925-1975). Finalmente, com pequenas alterações no interior e introdução de pequeno motor auxiliar, encontrou, nas atividades de desporto, educação ambiental e lazer o prolongamento da sua vida útil, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980.

Dimensões: L. 13,0 a 18,0m; boca 3,7 a 4,3m; pontal 0,9 a 1,2m.

Bibliografia principal

Baldaque da Silva, A. A. (1981) - *Estado actual das pescas em Portugal*. Lisboa.

Peres Claro, R. (1957) - *Setúbal no séc. XVIII. As informações paroquiais de 1758*. Setúbal.

Rau, V. (1951) - *A exploração e o comércio do sal de Setúbal, estudo de História económica*, I. Lisboa.

Cabeçadas, H.; Soares, J.; Guerra, A. J. (1986) - *Embarcações tradicionais do Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Soares, J. (coord.) (2008), *Embarcações Tradicionais. Contexto físico-cultural do estuário do Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra

Souza, J. de (1785) - *Caderno de todos os barcos do Tejo, tanto de carga e transporte como de pesca*. Lisboa: reedição da Câmara Municipal de Lisboa (1986).



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado

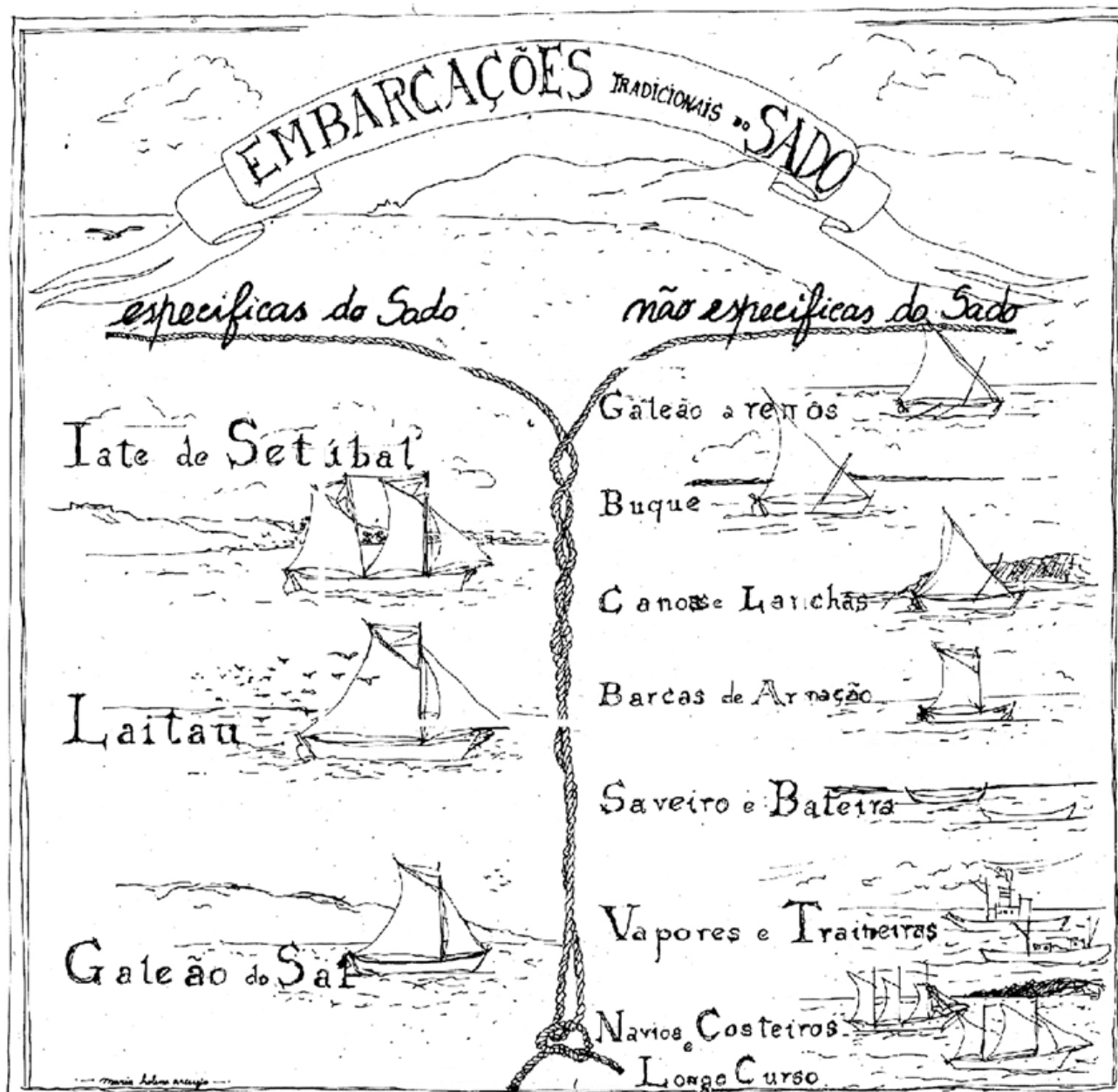


Fig. 1 -Tipologia das principais embarcações tradicionais do Sado na primeira metade século XX. Desenho de Maria Helena Araújo. In Cabeçadas, Soares, Guerra,1986



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado



Fig. 2 - Frente ribeirinha de Setúbal. Em primeiro plano, Praia das Fontainhas.
Foto de Américo Ribeiro, 1928.



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado



Fig. 3 - Praia da Saúde, no sopé da fortaleza de São Filipe, vendo-se barcas de armação e meias-luas; ao fundo, estaleiros de construção naval com hiates e navios de longo curso. *Archivo Pittoresco*, 11, 1868, p. 297.



Fig. 4 - Cais de hiates. Atualmente inexistente, situado onde hoje se localiza a Rua do Regimento de Infantaria 11. Em último plano, o edifício do MAEDS. Foto de finais do século XIX, de autor desconhecido.

Colecção C. Tavares da Silva. Seg. Soares, 2008.

Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado



Fig. 5 Hiate de Setúbal, saindo da doca das Fontainhas. Transição para o século XX. Coleção Américo Ribeiro. *In* Soares, 2008.



Fig. 6 - Pormenor da proa de hiate em "Marinha (Setúbal)" de João Vaz (1859-1931).



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado



Fig. 7 - Laitau em primeiro plano, navegando a todo o pano, seguindo a rota do hiate de Setúbal, em segundo plano. Foto da coleção Américo Ribeiro, sem data. *In* Soares, 2008.



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado



Fig. 8 - Laitau à saída do porto, visto de popa, em manobra de içar a grande vela de carangueja, sem retranca. Transporta passageiros e mercadoria. À esquerda, hiate de Setúbal e à direita, vapor. Foto do segundo quartel do século XX, de autor desconhecido, Coleção Carlos Tavares da Silva. Seg. Soares, 2008.



Embarcações Tradicionais do Estuário do Sado



Fig. 9 - Chegada dos galeões da pesca, com suas pesadas velas bastardas. Primeiro quartel (?) do século XX. Foto de autor desconhecido. Seg. Soares, 2008.

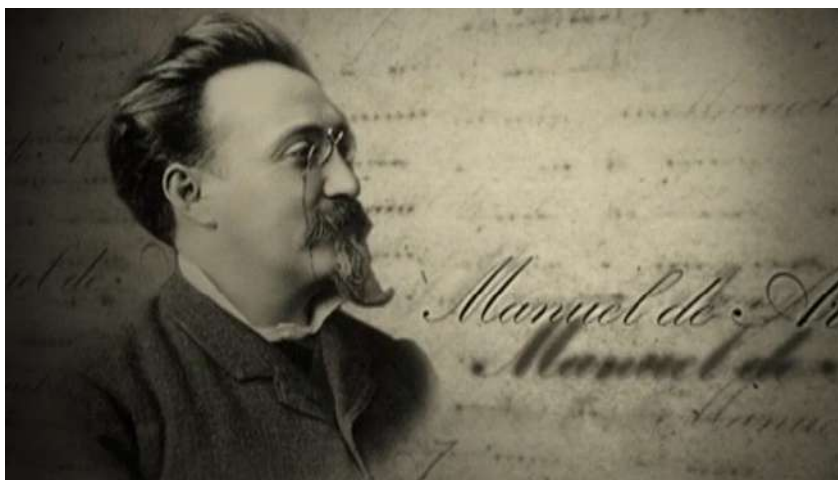


Fig. 10 - Regata de embarcações tradicionais (1994). In Soares, 2008. À direita, o majestoso hiate de Setúbal e à esquerda o veloz galeão do sal Zé Mário.



Quando Manuel de Arriaga contemplou a Arrábida

João Reis Ribeiro



Em 15 de Setembro de 1876, a Arrábida era assunto de longo poema assinado por Manuel de Arriaga (1849-1917), a figura que viria a ser o primeiro Presidente da República (1911-1915). Natural da ilha do Faial, de onde se acostumou a olhar a beleza e a grandeza do Pico, Manuel de Arriaga passou a maior parte da sua vida no continente, com algumas deslocações a Setúbal (designadamente por motivos políticos).

De uma dessas visitas à cidade do Sado deu nota o jornal “Gazeta Setubalense”, em 24 de Dezembro de 1876 para justificar a publicação de um longo poema, “Arrábida”, composto pelo futuro Presidente: “O sr. dr. Manuel d’Arriaga, distinto advogado da capital e primoroso poeta, acedendo ao nosso desejo, e cumprindo a promessa que nos fez quando visitou a Arrábida por ocasião da sua estada em Setúbal, permitiu-nos a publicação da bela poesia que hoje damos em folhetim.”

O poema, ocupando parte significativa da primeira página dessa edição, é apresentado pelo próprio redactor da “Gazeta”: “No seu cântico, em que faz sobressair a esperança de uma nova era, que antevê mais fecunda do que a presente em benefícios para a humanidade, deplora a desaparecimento dos crentes que chama ‘hércules da fé’ e de que naquele formoso ermo existem vestígios venerandos.” A vivência religiosa e espiritual que a Arrábida tinha permitido é depois aflorada: “O suicídio lento, praticado pelos ascetas penitentes, entre privações e asperezas, era, a nosso ver, um ultraje feito à benignidade de Deus; e por isso, a nós, adeptos da

luz que irradia do cristianismo, a nós, adversários do fanatismo absurdo, cumpria instaurar cruzada contra as abusões que levavam a tais excessos. Vedar, porém, tiranicamente, aos foragidos da sociedade, que os alanceou, o poderem viver reunidos num retiro qualquer, em torno de uma cruz, é o atentado mais revoltante contra a liberdade individual, que tanto se proclama.” A terminar, o redactor tentava colar ao seu pensamento a visão de Manuel de Arriaga: “Estas opiniões, que temos por justas, cremos estão no ânimo do ilustre autor da poesia ‘Arrábida’, com a qual presta testemunho de que, mesmo nas férias das lides forenses que lhe dão renome, não esquece de exercer, posto que sob a forma poética, a missão nobilíssima da advocacia, defendendo uma causa santa - a da liberdade de refúgio para os que não acham bálsamo no mundo que lhes cure as feridas do coração, ou para os que, enojados das torpezas dos homens, se querem afastar deles para se darem a Deus.”

Manuel de Arriaga, mais conhecido pela sua intervenção política ou no domínio forense, cultivou também a escrita poética, área em que se destaca “Canto ao Pico”, conjunto de nove poemas evocativos de uma subida àquela montanha, acontecida em 9 e 10 de Setembro de 1882, publicado nesse mesmo ano, com algumas notas explicativas do autor.

O poema de Manuel de Arriaga que enaltece a Arrábida bem merece estar no conjunto da literatura que toma a serra como motivo e constitui contributo interessante para uma antologia da região.



Quando Manuel de Arriaga contemplou a Arrábida

Arrábida

Manuel de Arriaga

Na cúpula do espaço azul e transparente
 A Arrábida desdobra a serra altiva e ingente;
 Seu vulto colossal destaca no horizonte
 As mil ondulações que vão de monte a monte.
 É tal o seu poder que quem a vir um dia
 Jamais apagará da própria fantasia
 O rígido perfil de aspecto multiforme,
 Que em seu isolamento ostenta a serra enorme,
 C'roada de alcantis, de píncaros e fráguas,
 Deixando aos pés o mar co' as solidões das águas!
 Aqui tudo é grandioso e tudo aos olhos meus
 Revela quanto pode o espírito de Deus,
 Que esplêndido arrancou do centro das verdades
 A Terra, o Mar e os céus — as três imensidades!
 Do Deus que fez o sol e a noite tenebrosa
 E os píncaros da serra e as pétalas da rosa!
 Aqui, ouvindo atento a paz da solidão,
 Escuta-se em concerto a voz da criação,
 Dizendo ao monte e ao vale nas vibrações do dia
 Um cântico imortal, de mágica harmonia,
 Um cântico de amor, de música inefável
 Que o espírito arrebatava a quanto é belo e estável!
 Daqui, o nosso olhar, que encerra a imensidade
 Da alma donde sai, espraia-se a vontade,
 E sente-se internar na órbita infinita
 Da alma do universo em torno à qual gravita.
 Ó serra em cuja frente altiva e sacrossanta
 A Alma não se abate e a fé não se aquebranta!
 Ao ver-te compreendi que em seu sentir profundo
 Os fortes corações traídos pelo mundo,
 Buscando ao bom Jesus por norma e refrigério,
 Viessem construir aqui este ermitério,
 Em cujo altar foi dado a Deus o pensamento,
 E ao mundo ingrato e vil o absoluto esquecimento...
 Compreendo como aqui, no monte solitário,

Fitando o triste olhar no Mártir do Calvário,
 Com lágrimas de dor, jejuns e penitências
 Minassem lentamente as frágeis existências,
 Até que a morte, enfim, piedosa e condoída,
 Abrindo-lhes o céu, roubando-lhes a vida,
 Fizesse-os expirar aos pés do Redentor,
 Que é símbolo da graça e símbolo do amor...
 Ó mártires da fé! Ó velhos cenobitas!
 Eu, vítima qual sou de aspérrimas desditas,
 Que sei o que é sofrer, que sei o que é penar
 Num mundo mais cruel e pérfido que o mar,
 Ai, posso avaliar as lágrimas mofinas
 Que estão a recordar-me aqui estas ruínas;
 E as trágicas paixões e as cruas agonias
 Que ouvira o mar plangente e as broncas penedias,
 E a selva donde o vento arranca a voz aguda,
 E a abóbada do céu, inquebrantável, muda!...
 Ai, posso apreciar a vossa fé tão pura,
 Que fez da lapa agreste a sela humilde e escura,
 Qual cárcere donde a alma à força de heroísmo
 Voara triunfante ao céu do cristianismo!
 Até aos olhos meus a gruta pequenina
 Projecta um resplendor de irradiação divina,
 A cuja luz parece erguerem-se de pé
 As vossas tradições, ó Hércules da fé:
 As lutas de Titãs, as guerras sem guarida
 Do monge que aniquila a pouco e pouco a vida,
 Que armando o coração de rígida firmeza,
 Subjuga o próprio instinto e a voz da natureza,
 E luta, insiste e vence, até que enfim baqueia
 Convicto dum princípio e mártir duma ideia!
 Embora eu queira extinta a vossa crença mística,
 A alma mais alegre, a vida mais artística,
 E a terra mais fecunda, activa e verdadeira,
 Que a imagem que abraçais da pálida caveira!



Quando Manuel de Arriaga contemplou a Arrábida

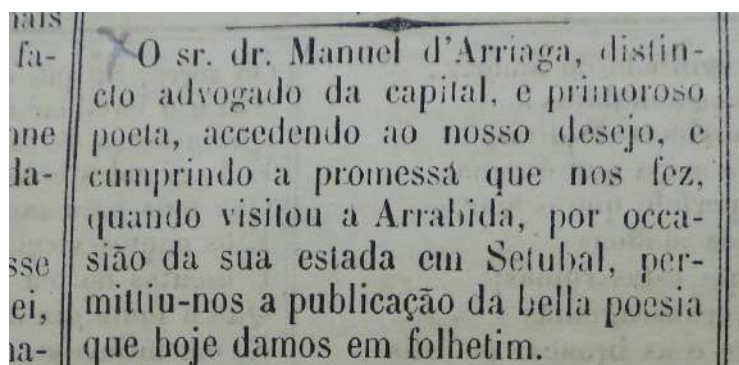
Arrábida

Manuel de Arriaga

Embora eu peça a Deus, qual pede ao pai seu filho,
 Que a vossa crença morta apague enfim seu brilho,
 E após a escuridão que o espírito reprova,
 Nos mande um novo sol, nos mande uma alma nova,
 E um século de amor, de espírito e verdade,
 Que adore o Homem Deus — o Deus Humanidade:
 Ai sinto conturbar-me a dor a mais intensa
 Ao ver que assim se extingue o astro duma crença
 Que esplêndida fulgiu no centro das nações
 E deu refúgio e amparo a tantas gerações!...
 Mas Deus, que tudo vê e cujo olhar profundo
 Acende e apaga os sóis, e anima e rege o mundo,
 É quem assim o manda!... Eu, crente e esperançado
 Naquilo que há de vir, venero-te, ó Passado,
 Co'a dor com que venera um filho o mausoléu
 Que triste lhe recorda a mãe que está no céu
 Ó serra, tu que vês quão múltiplo e diverso
 Não é o batalhar da alma do Universo,
 Que assistes de tão perto às lutas pela vida
 E às grandes criações da terra, mãe querida;
 Que tens para saudar-te o primo alvor do dia
 E os cantos virginais da alegre cotovia;
 E escutas no teu ermo os íntimos segredos,
 Que a fonte diz à rocha e o vento aos arvoredos;
 E, em íntimo convívio à noite co' as estrelas,
 Desvendadas de além-mundo as coisas as mais belas;
 Que deste sólio altivo olhando a imensidade,
 Por entre a cerração da negra tempestade,

Escutas a teus pés em duros escarcéus
 As cóleras do mar co' as cóleras dos céus;
 E ao fúnebre clarão das nuvens da tormenta
 O estalido zunir do raio que rebenta,
 E os roncões que arremessa às amplas solidões
 O rouco ribombar dos côncavos trovões;
 Tu, sim, que aos olhos meus repletos de beleza
 Revelas quanto é grande a mão da natureza:
 Se vês que to mereço e crês que a tanto ousas,
 Ai!, lança na minha alma o espírito das cousas;
 E deixa-me arrancar aos amplos horizontes,
 Aos pélagos do abismo e às cúpulas dos montes,
 Ao rígido perfil dos píncaros e fráguas
 Aos frémitos do vento e às músicas das águas:
 Os moldes ideais, o estilo, os sons e a rima,
 Nos quais derrame a flux a crença que me anima,
 Nos quais revele ao mundo em fúlgidas imagens,
 Em verso altissonante, as próximas paragens
 De um mundo que emergiu das sombras do passado,
 E avança para nós de esperanças iriado,
 Trazido pelas leis do Espírito Supremo
 Que rege a terra e os céus de um extremo a outro extre-
 mo.

 Ó serra neste altar das crenças do passado,
 Por ímpias mãos, ó dor, partido e mutilado,
 A mim, que fito a luz dum novo ideal, consente
 Que deixe aqui ouvir a voz dum novo crente!





Hospital dos Marítimos

Segundo um manuscrito de Almeida Carvalho pertencente a um colecionador de Setúbal

António Cunha Bento

Uma das fontes fundamentais da história de Setúbal, como se sabe, foi pasto das chamas que devorou completamente os Paços do Concelho, na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910. Não fora o caso de alguns dos investigadores da história local – João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), Manuel Maria Portela (1833-1906), António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Arronches Junqueiro (1868-1940) e Fran Paxeco (1874-1952), entre outros – nos terem legado o resultado das suas pesquisas, mais difícil se tornaria reconstruir a memória setubalense.

De entre os investigadores citados, aquele que maior legado nos deixou foi Almeida Carvalho, dado o volume de apontamentos manuscritos, constituído por milhares de folhas acondicionadas em 126 pastas, integrados no acervo do Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB) na década de 60 do século passado, que o tem vindo a digitalizar e a disponibilizar “on line”.

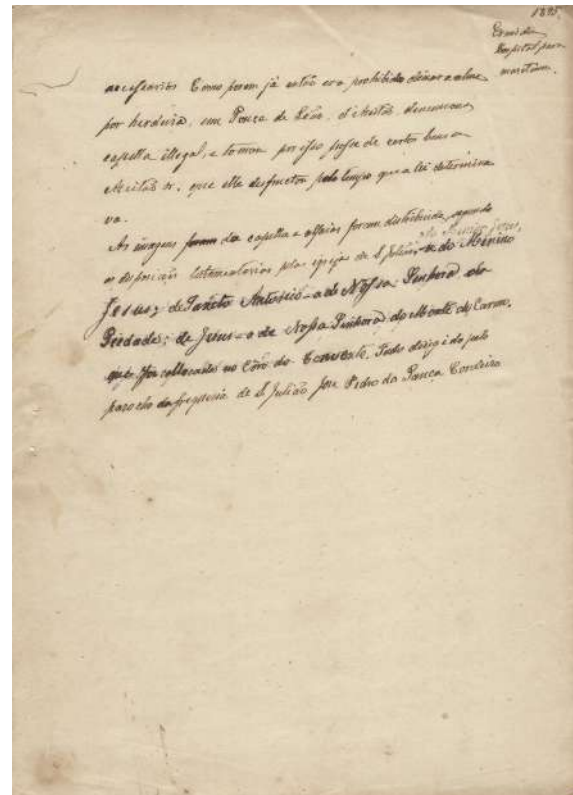
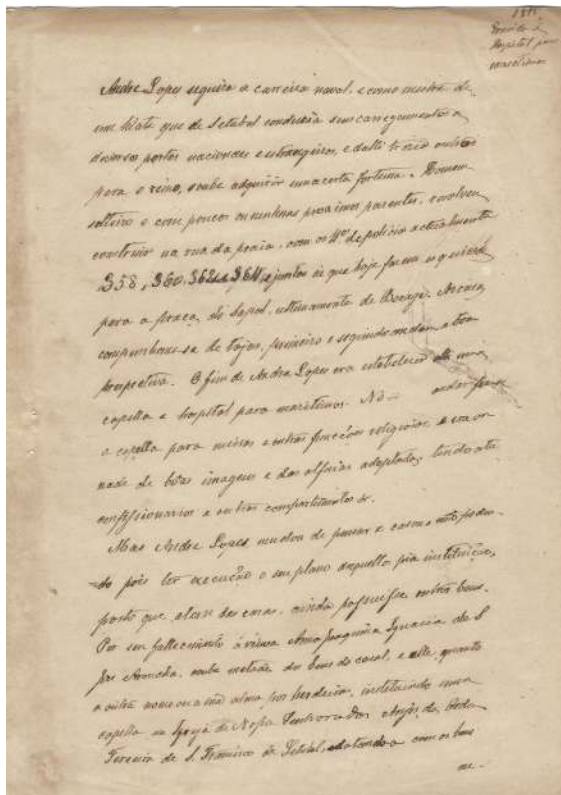
O precioso espólio permanece, em grande parte inédito, tendo sido parcialmente editado pela Junta Distrital de Setúbal, entre 1968 e 1972, em sete volumes sob o título “Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense”.

se”.

Para além daquele vasto espólio, foram localizados dois importantes conjuntos de manuscritos do mesmo autor e com as mesmas características: um em Coimbra e outro em Setúbal.

Nos primeiros anos deste século, quando da reorganização do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, foi tratado um conjunto de documentação de que faziam parte três maços com milhares de fólios, de autor ainda não identificado, com o título “Colecção D. Miguel”. Entretanto, o Dr. Yann Loïc Araújo analisou este conjunto e conseguiu identificar o autor como sendo João Carlos de Almeida Carvalho (1).

Em 2017, quando das Comemorações do II Centenário de João Carlos de Almeida Carvalho, foi identificado um novo conjunto de três pastas com cerca de um milhão de fólios, pertencentes a um colecionador de Setúbal. Deste acervo faz parte um apontamento intitulado “Hospital para Marítimos”, cujo conteúdo suscitou a curiosidade por se tratar de um assunto que, até então, não víamos abordado pelos investigadores setubalenses.





Hospital dos Marítimos

Segundo um manuscrito de Almeida Carvalho pertencente a um colecionador de Setúbal

Para mais fácil leitura se transcreve com actualização ortográfica:

“André Lopes seguira a carreira naval e como mestre de um hiate que de Setúbal conduzia seus carregamentos a diversos portos nacionais e estrangeiros, e dali trazia outros para o reino, soube adquirir uma certa fortuna. Homem solteiro e com pucos ou nenhuns próximos parentes, resolveu construir na rua da praia, com os n.ºs de polícia actualmente 358, 360, 362 e 364 e juntou às que hoje fazem esquina para a praça do sapal, ultimamente Bocage. As casas compunham-se de lojas, primeiro e segundo andar e boa prospectiva. O fim de André Lopes era estabelecer ali uma capella e hospital para marítimos. No [rasurado] andar fez-se a capella para missas e outras funções religiosas e ornada de boas imagens e das alfaias adoptadas, tendo até confessionários e outros compartimentos.

Mas André Lopes mudou de pensar e casou, não podendo, pois, ter execução o seu plano daquela pia instituição, posto que, além das casas, ainda possuísse outros bens. Por seu falecimento, à viúva Ana Joaquina Inácia de S. José Arouche coube metade dos bens do casal, e ele, quanto o outro nome ou a sua alma por herdeira, instituindo uma capella na Igreja de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de S. Francisco de Setúbal, dotando-a com os bens necessários. Como, porém, já então era proibido deixar a alma por herdeira, um Ponce de Leão, de Azeitão, denunciou a capella ilegal, e tomou, por isso, posse de certos bens em Azeitão, que ele disfrutou pelo tempo que a lei determinava.

As imagens da capella e alfaias foram distribuídas segundo as disposições testamentárias pelas igrejas de S. Julião – a do Menino Jesus; de Santo António – a de Nossa Senhora da Piedade; de Jesus – a de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que foi colocada no Coro do Convento. Tudo dirigido pelo pároco de S. Julião José Pedro da Lança Cordeiro.”

Observação: o manuscrito não está datado, nem indica fontes, ao contrário do que era hábito do Autor, contudo à margem tem a seguinte indicação “1895 / Ermida do Hospital para marítimos” (2).

NOTAS:

1 – André Lopes, filho de José Lopes e de Maria Ribeira, foi baptizado em A-do-Freire, freguesia de Alqueidão, termo de Santarém (3), em 20 de Outubro de 1693 (4).

2 – Casou com Ana Inácia Joaquina de São José no dia 3 de Março de 1737, na Capela de Nossa Senhora da Conceição, como se pode verificar através do respectivo assento:

“Em trez de Março de mil e sette centos e trinta e sette na Irmida de N. Sn.^{ra} da Coceçam anexa desta Matriz de S. Juliam de minha Licença, e por hũ alvará do R.^{do} D.^{or} Vigr.^o G.^{al} se receberão na presença do D.^{or} O P.^e Lourenço da Costa, e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas por marido e mulher na forma do Sagrado Concílio Tridentino, e Contituições deste Patriarcado André Loppes soltr.^o f.^o de José Loppes, e de Maria Rib.^{ra} n.^{al} do Lugar Vufreire (5) e bautisado na freg.^a do Alqueidão, termo da Villa de Santa-rém Arcebispado de Lix.^a Oriental: e Ana Ignacia Joaquina soltr.^a f.^a de Rodrigo Affonço Carn.^{ro} e de Antonia Theresa, n.^{al} desta Villa de Setuval, e bautizada na freg.^a de S. Julião (6); forão testemunhas presentes Manoel de Cabedo de Vasconcellos (7), e seo sobrinho Antonio Felipe, de que fiz este termo, q.^e assignei

O Coad.^{or} Jose de Faria e Sousa

Manoel de Cabedo de Vasconcellos

Antonio Fellippe Forjas Pereira (8)”

PT/ADSTB/PRQ/PSTB03/002/00005_m0137

3 – Faleceu a 2 de Fevereiro de 1759, na freguesia de São Julião, e foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, da Ordem Terceira de São Francisco, segundo o assento de óbito:

“Em dois de Fevereiro de mil sete centos cinquenta e nove faleceu com todos os Sacramentos André Lopes casado com Ana Ignácia moradores na Travessa de São Julião fez testamento está sepultado na Igreja de N.^a Sr.^a dos Anjos, de que fiz este termo.

O Prior Guilherme Inácio de Almeida Lemos”

PT/ADSTB/PRQ/PSTB03/003/00004_m0129

4 – O Padre José Pedro da Lança Cordeiro (9) - Cavaleiro da Ordem de N.^a Sr.^a de Vila Viçosa (10) e Prior Mor do Real Convento de Palmela, da Ordem de Santiago (11) - aparece, nos livros de assentos paroquiais, como pároco de São Julião, desde 1787 até 1825.



Hospital dos Marítimos

Segundo um manuscrito de Almeida Carvalho pertencente a um colecionador de Setúbal

5 – No livro do Lançamento da Décima para o ano de 1763 – ANTT/Impostos 1762/Livro 6122 - foram encontrados estes lançamentos na freguesia de São Julião.

Prédios Rústicos e Urbanos:

- “Prédio Urbano situado na Travessa de São Julião (12) (lado sul): Nº 1, Propriedade de casas de Ana Ignácia, consta de loja, 1º e 2º andar, para a dita travessa e para a parte da Praça, aonde passa e tem um andar com varanda, e por baixo desta duas lojas, vive nela a dona e vale 40.000 réis; uma loja das que ficam por baixo da varanda, arrendada por 6.000 réis.”

- “Rústico: no “Sítio do Cano ... Vinha com casas de Ana Ignácia Joaquina, viúva de André Lopes, foreira à Igreja de S.^{ta} Maria da Graça em quatro mil réis, a qual traz por sua conta, e costuma produzir em um Ano comum cinquenta mil réis dos quais abatida a metade para o seu fabrico, e amanhã, e deduzidas os emolumentos das casas e foro pio vem a décima mil oitocentos e cinquenta réis.”

Lançamentos dos Juros:

“Nº 19 – Ana Ignacia Joaquina de S. José viúva de André Lopes moradora na Travessa de S. Julião, como herdeira do dito seu marido e Pai Rodrigo Afonso Carneiro tem a juro de 6 e 4º por c.^{to} da viúva, e herdeiros do Capitão Vicente Gomes Parrella (13) por escritura de 17 de Janeiro de 1749 feita nas notas de Elias Xavier Gordilho a quantia de quatro contos quinhentos quarenta e três réis, de que vem a décima vinte oito mil cento cinquenta e nove réis e sobre esta dívida corre cauza no juízo desta Vila.”

“Nº 20 – A mesma Anna Ignacia Joaquina e seus Irmãos, como herdeiros de seu Pai dito Rodrigo Afonso Carneiro tem a juro de 5 por cento, de Rodrigo de Sande de Vasconcelos da Cidade de Lisboa por escritura de cinco de Fevereiro de 1758 feita na nota de Francisco António Soares de Barbosa a quantia de trezentos e vinte mil réis de que vem a décima de mil e seiscentos réis.”

6 – Ana Inácia Joaquina de São José faleceu a 23 de Maio de 1790, na freguesia de São Julião e foi sepultada nesta igreja.
PT-ADSTB-PRQ-PSTB03-003-00006_m0160

7 – BN – CODICE 208 – FREITAS, Gregório de - Memórias Geográficas e Históricas / Notas várias da Vila de Setúbal:

[1759] “Fevereiro– Em 2 faleceu e foi a enterrar André Lopes na Igreja de Nossa Senhora dos Anjos nesta é a do Socorro que serve de freguesia de S. Julião fez testamento era casado com uma filha de Rodrigo Afonso Carneiro.”

8 – Por amabilidade do Senhor Padre Rui Rosmaninho con-

seguiu-se a transcrição, em português moderno, do seguinte termo de entrega que fez Rodrigo Afonso Caetano Alberto, sobrinho de Ana Inácia de São José:

“Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Julião de Setúbal”

“Livro de Termos, Acórdãos e Resoluções 1754-1866”

[f. 108 v]

“Termo de entrega que faz Rodrigo Afonso de uma imagem do Menino Jesus e uma imagem do Senhor São José a esta Mesa do Santíssimo Sacramento desta Freguesia de S. Julião e das Alfaias das ditas imagens, em virtude do testamento com que faleceu Ana Inácia de S. José, tia do dito Rodrigo Afonso.

Aos catorze dias do mês de Maio de mil oitocentos e dez anos em esta notável Vila de Setúbal e Casa do Despacho da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Julião desta dita Vila, estando nela João Dali, Juiz da dita Irmandade, e mais Irmãos da Mesa que ao presente servem, estando também presente o nosso Irmão Rodrigo Afonso Caetano Alberto, por ele foi dito em presença do dito Juiz e Mesa acima nomeados que sua tia Ana Inácia de São José deixara no testamento com que faleceu a esta Irmandade uma imagem do Menino Jesus e outra do Senhor São José e todas as Alfaias e Joias pertencentes às ditas imagens e que de tudo fazia entrega ao dito Juiz e Mesa como herdeiro que tinha sido de sua dita tia, e com efeito entregou e declarou não ter mais nada em seu poder que pertencesse à dita deixa, como melhor se verá na verba do dito testamento, com o encargo de esta Mesa lhe fazer uma festa ao Menino Jesus, sendo tudo recebido pelo dito Juiz e Mesa, tanto as duas Imagens como as Joias e Alfaias neste termo declaradas, com o protesto de que, a todo o tempo que apareça alguma coisa que pertença à dita deixa, poderá a Mesa ou Mesas /

[f. 109]



Hospital dos Marítimos

Segundo um manuscrito de Almeida Carvalho pertencente a um colecionador de Setúbal

/ Mesas que se seguirem a esta, requerer em seu benefício tudo quanto lhe pertencer por direito e porque a dito Juiz e Mesa estão entregues as ditas Imagens, Joias e Alfaias, se obrigam a mandar fazer a dita festa ao dito Menino Jesus, como determina o dito testamento da dita Ana Inácia de São José, o que logo satisfez o dito Juiz e Mesa, mandando logo fazer a dita festa no seguinte dia e sendo todos, digo, e para a todo o tempo constar o que se recebeu, mandou o dito Juiz e Mesa se declarasse neste termo, cuja declaração é a seguinte: uma Imagem do Menino Jesus, uma dita do Senhor São José; traz uma coroa de prata, um cetro de prata, dois pares de fivelas de pedras dos sapatos, um dito de prata liso dos calções, dois anéis de pedras pequenos, dois pares de botões de pedras dos punhos, uma cabacinha e uma caldeirinha, uma gaita, um cornicho, todas estas coisas de prata, uma bolsa de lhama de oiro com sua lata de prata, um Santiago a cavalo, de prata, de pôr no chapéu. Alfaias: duas camisas, duas ceroulas, dois pares de calções, dois pares de linha branca de meias, outro par de meias de fio de oiro, outro, dito de retrós, cor de passa; sete vestidos: um Imperial, com toga e murça, encarnado, bordado de oiro; outro, de cetim azul, bordado de matiz; outro, de seda cor de azeitona; outro, de volante, bordado de oiro, com sua renda; outro, de escumilha pintada; outro de volante liso; outro de primavera, todos, ou a maior parte deles, incapazes de servir; um par /

[f. 109 v]

/ um par de sapatos de cetim preto; um dito de alpercatas; uma murça de cetim preto, com quatro vieiras de prata; um cinto usado bordado de prata de cores; uma fita usada encarnada com franja de prata; um chapéu preto de pelúcia usado, com guarnição e presilha de oiro; um roquete branco e cabeção de cardeal; e, sendo todos conformes, mandou o dito Juiz e Mesa, abaixo assinados, fazer este termo que todos assinaram e eu Félix Joaquim da Costa de Melo que o escrevi e assinei como escrivão que sou desta Irmandade

[seguem-se assinaturas]

Juiz / João de Dali +

Félix Joaquim da Costa de Melo

João de Deus / Procurador

André António Fernandes

Tomás José Pereira V^a

José de Carvalho +

José Lopes Moreira

Manuel José Ab[reu?] Teixeira

Manuel José Ferreira de Moura

António [Henriques?] Penha

António Leocádio Serrão”

9 – No “Tesouro da Paróquia de São Julião”, na Igreja de Santo António e na Igreja do Mosteiro de Jesus existem estas imagens.



A primeira é, seguramente, uma das deixadas por André Lopes, pois que o termo de entrega está assinado por um dos sobrinhos de Ana Inácia Joaquina de São José, e as

outras duas serão, muito provavelmente, as que foram doadas àquelas igrejas.



Hospital dos Marítimos

Segundo um manuscrito de Almeida Carvalho pertencente a um colecionador de Setúbal

Notas

- (1) ARAÚJO, Yann Loïc, *Primeira abordagem à Coleção D. Miguel do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra*, Arquivo Coimbrão, vol. 37, 2004, p. 7-43.
- (2) Possivelmente a data seria 1795 e, por lapso, escreveu 1895. O termo de entrega da imagem do Menino Jesus, na Igreja de São Julião, por Rodrigo Afonso (sobrinho de Ana Joaquina Inácia de S. José) tem a data de 14 de Maio de 1810.
- (3) A-do-Freire, e Alqueidão são duas localidades da freguesia de Pedrógão, concelho de Torres Novas. No século XVIII era uma pequena aldeia do termo da vila de Torres Novas que, administrativamente, pertencia à Comarca de Santarém e, eclesiasticamente, ao Patriarcado de Lisboa; passou a pertencer à Diocese de Santarém quando esta foi criada em 1975.
- (4) Assento de baptismo, página 341, do Livro de Assentos Mistos nº 1, Freguesia de Pedrógão, Concelho de Torres Vedras. Refª PT/TT/PRQ/PTNV09/004/00001_m0173.
- (5) Refere-se a A-do-Freire, a que já se aludiu.
- (6) Há aqui lapso, pois foi baptizada na Igreja de Nª Srª da Anunciada, em 6 de Dezembro de 1720 - [PT/ADSTB/PRQ/PSTB01/002/00006_m0193](#)
- (7) Deve tratar-se de Manuel de Cabedo de Vasconcelos da Cunha, Moço Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de Avis e Santiago da Espada e Juiz da Távola de Setúbal. Subscritor, em 1703, da petição para a escolha de S. Francisco Xavier como Padroeiro de Setúbal. Neste assento é referido como tio de António Filipe, daí presumir-se que seja irmão de Jorge de Cabedo de Vasconcelos, igualmente subscritor da petição referida.
- (8) António Filipe Forjaz Pereira, natural da Villa de Setúbal, filho de Jorge de Cabedo de Vasconcelos, Moço Fidalgo, e neto de José Cabedo de Vasconcelos. Moço Fidalgo, por Alvará de 20 de Fevereiro de 1722. Livro 13 das Mercês d' El-Rei D. João V. folhas 410 verso.
- (9) Não confundir com o Padre Pedro José Cordeiro Lança que foi Prior do Torrão e que faleceu em S. Julião / Setúbal, em 18 de Setembro de 1782, sendo sepultado na igreja de Santa Maria. Era irmão José Pedro Lança Cordeiro, em cuja casa faleceu, segundo consta do assento lavrado na freguesia de Santa Maria da Graça. Ambos eram freires conventuais do Convento de Palmela.
- (10) *Gazeta de Lisboa*, nº 119, de 21 de Maio de 1825.
- (11) *Gazeta de Lisboa*, nº 140, de 16 de Junho Maio de 1825.
- (12) Actual Rua do Diário "O Setubalense".
- (13) Vicente Gomes Parrella (Setúbal 1679 – 1759), filho de João Gomes e de Catarina Rosado, natural da freguesia de Santa Maria da Graça. Foi Familiar do Santo Ofício, *era homem de negócios, capaz de negócios de importância, com bens de raiz e muitos barcos que traz no mar*, como consta do Processo de Habilitação respectivo - [PT-TT-TSO-CG-A-008-001-24943](#). Abastado proprietário, o Livro de Lançamento da Décima de 1762 regista em nome dos "Herdeiros de Vicente Gomes Parrella": 27 prédios rústicos e urbanos e credor referente a empréstimos concedidos no montante de 44.653.039 réis.



Episódios da resistência clandestina em Setúbal IX

De Madagáscar a Setúbal: a prisão do migrante Stanislas Bondy (1935)

Diogo Ferreira

No início de fevereiro de 1935, o capitão do vapor alemão *Trier* deteve um indivíduo que se introduziu clandestinamente a bordo. Ao atracar no porto de Lisboa, aquele solicitou o auxílio do respetivo piloto da barra para resolver o problema. Este, por sua vez, contactou a Polícia Marítima do Porto de Lisboa para formalizar a detenção. (1)

Tratava-se de um desconhecido migrante, denominado Stanislas Bondy. Era natural de Santa Maria de Madagáscar e nasceu em 7 de setembro de 1906, filho de Benor Bondy e de Elaine Marie. (2) Por se enquadrar juridicamente na secção internacional da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, isto é, no departamento de controlo das fronteiras de Portugal, no relatório do agente João dos Santos foi sugerida a repatriação através do Consulado de França em Lisboa ou, caso fosse rejeitada, que fosse dada ordem de expulsão do país. (3)

No interrogatório a que foi submetido pelas autoridades de repressão do Estado Novo, informou ter saído da ilha de onde era natural, em 2 de janeiro de 1931, com destino a França em busca de trabalho. Até então prestava serviço como trabalhador agrícola. Perante a impossibilidade de arranjar emprego, optou por se alistar no exército, ficando alistado na Legião Estrangeira Francesa em Marrocos. Manteve-se em funções militares entre outubro de 1931 e novembro de 1932, data em que desertou por não apreciar a vida que levava, emigrando para Espanha. Posteriormente, em Vigo, embarcou clandestinamente num navio que se dirigia à Argentina, mas que fez uma paragem em Lisboa pouco depois do Natal de 1934. Em Portugal, Stanislas Bondy passou por grandes dificuldades económicas, dormindo em fragatas e sem emprego. (4)

Pela falta de meios financeiros do consulado francês (5), em 2 de março seguinte, o agente da polícia política, Álvaro Pinto de Almeida, foi encarregue de expulsar o migrante de origem africana através da fronteira com Espanha. Numa pausa da longa viagem de comboio, na estação ferroviária de Torre das Vargens (concelho de Ponte de Sor), Stanislas Bondy solicitou autorização para urinar, mas não existiam retretes nas carruagens de terceira classe. O polícia da

PVDE autorizou, mas aguardou que o comboio estivesse a reiniciar a marcha para que o detido concretizasse a sua necessidade fisiológica na porta da carruagem. Este acabou por saltar rumo à sua fuga. O agente perseguiu-o, disparando a matar, mas não o recapturou, ainda que tivesse contado com a ajuda dos funcionários da estação de comboios. (6)

Sinais particulares

N.º 1017
Altura 1,73
Cor Preto
Nacionalidade

Nome e alcunha Stanislas Bondy

Estado Letão Profissão Trabalhador

Naturalidade Madagáscar Data do nascimento 7-9-1906

Filiação Benor Bondy e Elaine Marie

Residência sem residência

Outras indicações Proc. 947/35

Numero do processo de vícios ou documentos apreendidos

BIOGRAFIA PRISIONAL

Pris. pela Direcção, vindo do T.P. de Setúbal em 15-5-35, por indocumentado, dando entrada no 1.º Esquadro, habilit. em 9-5-35 por despacho do Sub. Provedor de Justiça, pelo fronteiro do Marvão, ficando-lhe interdita a entrada no País.



Episódios da resistência clandestina em Setúbal IX

De Madagáscar a Setúbal: a prisão do migrante Stanislas Bondy (1935)

Stanislas Bondy voltou a ser preso pela polícia política menos de dois meses após ter conseguido fugir. Em 14 de maio de 1935, foi detido, em Setúbal, sob ordem do capitão do porto. A capitania informou a PSP de que um “homem de cor” (7) se encontrava a viajar clandestinamente no vapor alemão *Vesta*. No dia seguinte foi imediatamente encaminhado para os calabouços da polícia política na capital. (8)

Através do auto referente ao segundo interrogatório tomase conhecimento de que, após a fuga do comboio, viajou a pé, durante sete dias, até Madrid, tendo passado a fronteira com Espanha em Barca de Alva. Por não ter conseguido, uma vez mais, obter trabalho foi para Cádiz onde embarcou ilicitamente no navio mencionado na esperança de ir para a Alemanha. Para sua surpresa, o navio atracou no porto de Setúbal, local onde foi preso pela segunda vez. Questionado sobre as razões pelas quais fugiu ao agente da polícia política, justificou-se com o facto de ter receio de ser entregue às autoridades militares francesas por ter desertado do exército de França. (9)

Em protesto contra a sua prisão, Stanislas Bondy, entre o final de maio e o primeiro dia de junho de 1935, recusou-se a comer por “*não saber a razão porque se encontra preso e por não ter sido ouvido para prestar esclarecimentos*” (10). Por despacho do Ministro do Interior de 9 de junho seguinte, o migrante foi expulso de Portugal por via da fronteira de Marvão, ficando proibido de retornar. (11)

Notas de fim

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Fundo da PIDE/DGS, Processo-crime n.º 947/35 da Secção Internacional da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, NT 4394, Ofício n.º 50 de 04/02/1935 enviado pelo Comandante da Polícia Marítima do Porto de Lisboa para o Diretor da PVDE.

(2) ANTT, Fundo da PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Livro n.º 6, Ficha de preso político n.º 1017 de Stanislas Bondy. Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/6/1017.

(3) ANTT, Fundo da PIDE/DGS, Processo-crime n.º 947/35 da Secção Internacional da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, NT 4394, Relatório de 13/02/1935 do agente João dos Santos da PVDE.

(4) *Idem*, Auto de Perguntas de 12/02/1935 da PVDE a Stanislas Bondy.

(5) *Idem*, Ofício n.º 947 enviado pelo Consulado de França em Lisboa de 25/02/1935.

(6) *Idem*, Cópia de informação de 04/03/1935 do agente da PVDE Álvaro Pinto de Almeida.

(7) *Idem*, Ofício s/ref.ª de 14/05/1935 enviado pelo Comandante Distrital de Setúbal da PSP para o Diretor da PVDE.

(8) *Idem*, Informação de 15/05/1935 do agente da PVDE, José Martins Rodrigues.

(9) *Idem*, Auto de Perguntas de 24/05/1935 da PVDE a Stanislas Bondy.

(10) *Idem*, Ofício n.º 1637 de 01/06/1935 enviado pelo Comandante Distrital de Lisboa da PSP para o Diretor da PVDE.

(11) ANTT, Fundo da PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Livro n.º 6, Ficha de preso político n.º 1017 de Stanislas Bondy. Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/6/1017.





Ana Acto

João Reis Ribeiro



Nasceu em Tomar (1979), mas é na cidade do Sado que Ana Acto vive (desde os 8 anos), trabalha e exprime a sua criatividade poética, tendo-se tornado conhecida desde que, em 2018, começou a partilhar, em página com o seu nome, as suas reflexões escritas, assentes em curtos pensamentos, na crónica e na poesia, textos povoados pelos sentimentos, pelas tristezas, pelo amor.

Publicou o primeiro livro, “Nua”, em 2020, título que, segundo as suas palavras, pretende “despir o leitor de preconceitos e confrontá-lo com emoções que tantas vezes recalca”. O segundo título, “Maldita”, nasceria em 2024, dedicado “aos que travam suas batalhas

empunhando nas mãos o coração”. Parte significativa da sua obra está dispersa por publicações colectivas de carácter antológico, sendo ainda autora de crónicas regulares em “Leia Vicejar” (Brasil) e no blogue “Xétubal”.

Ligada à tertúlia “Mulherio das Letras - Portugal”, Ana Acto integra a Associação Portuguesa de Poetas, o Núcleo da Poesia de Setúbal e a Associação Casa da Poesia de Setúbal.

“Ontem morri-te nos braços”, datado de 2024, é o poema que Ana Acto partilha com os leitores nesta edição da “Revista LASA”.



Ana Acto

Ontem morri-te nos braços

Ontem
 Flui-te nos braços
 Dez, cem, mil vezes morri
 Tantas, quantas vezes meu coração
 Dentro deles bateu

Ontem, morri-te nos braços
 Adentrei-me tão profundamente
 Que me deixei cair
 Num abismo sem retorno

E todas as minhas mortes
 Te soaram vazias
 E todas as minhas vidas
 Inúteis...

Ontem, morri-te nos braços
 E nunca nenhuma morte
 Te pareceu tão doce

Hei amor, e sei
 Que assim foi apenas
 Por serem os Teus!

E se alguma mágoa daqui levei
 Foi de meles,
 Não Ter morrido antes...

Ana Acto (2024)





Esquecimento ou não dos 500 anos de Luís Vaz de Camões?

Isabel Melo



Estima-se que o nascimento de Camões tenha ocorrido algures na primeira metade do século XVI, no ano de 1524. No entanto, a falta de conhecimento de comemorações nos primeiros meses do ano passado, ano dos 500 anos do seu nascimento, levou a que muito se falasse no esquecimento de um dos maiores poetas da língua portuguesa. Podia parecer que Camões não recebia a atenção devida, especialmente em comparação com outras figuras históricas. Uma razão pode ter sido a falta de divulgação adequada ou mesmo o facto de que a literatura clássica nem sempre é valorizada como deveria ser.

Mas agora, com as comemorações dos 500 anos, havia uma oportunidade de reavivar o interesse pela obra de Camões e pelo impacto que ele teve na cultura portuguesa e mundial. Luís de Camões teve uma importância profunda e duradoura na literatura portuguesa. Ele é amplamente considerado o maior poeta da língua portuguesa e uma figura central do Renascimento português, com muitas razões para esse impacto:

1. **Consolidação da Língua Portuguesa:** Camões contribuiu significativamente para a consolidação e enriquecimento da língua portuguesa. A sua obra, especialmente "Os Lusíadas", ajudou a estabelecer o português como uma língua literária de prestígio.
2. **Renascimento em Portugal:** Camões é uma figura central do Renascimento português. Ele incorporou elementos clássicos e humanistas na sua obra, refletindo as influências do Renascimento europeu.

3. **Nacionalismo:** "Os Lusíadas" é considerado um poema épico nacionalista, exaltando a história de Portugal, seus heróis e conquistas. A obra celebra as descobertas marítimas portuguesas e o espírito aventureiro do povo português.

4. **Inovação Literária:** Camões foi um inovador em termos de forma e conteúdo. Ele utilizou e aprimorou formas poéticas renascentistas, como os sonetos, e a sua obra é conhecida pela complexidade estrutural, erudição mitológica e fluência retórico-poética.

5. **Legado Cultural:** O impacto de Camões vai além da literatura. Ele é uma figura icónica na cultura portuguesa e o seu nome está associado à comemoração do Dia de Portugal. A sua obra continua a ser estudada e celebrada, influenciando gerações de escritores e leitores.

Camões, não só moldou a literatura portuguesa, mas, também, deixou um legado cultural que perdura até hoje. "Os Lusíadas" é o poema épico mais famoso de Camões e a sua obra-prima. Publicado em 1572, celebra as descobertas marítimas portuguesas, especialmente as viagens de Vasco da Gama. A obra é composta por dez cantos e é considerada uma das maiores epopeias da literatura mundial. Camões segue um estilo clássico e formal, com uso de estruturas poéticas tradicionais.



Esquecimento ou não dos 500 anos de Luís Vaz de Camões?

Mas, para além de “Os Lusíadas”, a sua obra-prima, existe outra parte importante da sua obra, as “Rimas”, uma coleção de poesia lírica de Camões, incluindo sonetos, elegias, odes, canções e redondilhas. A coleção exhibe a versatilidade e maestria de Camões na poesia, com temas que variam do amor à filosofia e à política. Embora menos conhecida que suas poesias épicas e líricas, “Auto de Filodemo” é uma importante peça de teatro escrita por Camões. Do mesmo modo, aqui se mostra um grande valor na dramaturgia.

Também a vida de Camões foi marcada por uma série de eventos dramáticos e experiências intensas que moldaram a sua visão do mundo e influenciaram profundamente a sua escrita. A sua obra reflete a riqueza das suas vivências e a complexidade das suas emoções.

Toda esta importância da vida e da obra de Camões se veio mostrando e implantando ao longo do ano passado, bem como neste de 2025 que decorre, mostrando que afinal o poeta não está assim tão esquecido em Portugal.

Na verdade, acabou por haver, em 2024, várias iniciativas e eventos culturais e científicos para comemorar os 500 anos do nascimento de Camões. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo promoveu, entre 4 de março e 12 de julho de 2024, uma mostra documental para comemorar aquele que é o expoente máximo da história da literatura e da língua portuguesa.

Nesta mostra documental, apresentaram-se diversos documentos à guarda da Torre do Tombo, onde se incluía o seu retrato “Fidelíssimo”, aquele que se julga ser o retrato mais fiel do poeta, mandado fazer pelo Conde de Vimioso, provavelmente entre 1580 e 1582. Além disso, houve várias conferências, exposições e visitas guiadas programadas em diferentes cidades de Portugal e até no Brasil e em Moçambique.

As comemorações dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões, em 2025, incluem uma série de eventos culturais

e científicos em várias cidades de Portugal, no Brasil e ainda no Moçambique. Entre esses destaques, em Portugal, temos, em Lisboa, a conferência “As relações indo-portuguesas nas línguas e literaturas indo-portuguesas”, na Biblioteca Palácio Galveias, Campo Pequeno, em 15 de maio; a Exposição Filatélica “Destino Camões: épico, lírico, universal”, no Museu das Comunicações, de 9 de outubro de 2024 a 30 de junho de 2025; também no Porto, o Ciclo de conferências ao longo do ano, incluindo temas como “A «língua» de Camões” e “Os saberes de Camões”; em Coimbra, a Exposição Bibliográfica: “CAMÕES 500”, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, de 9 de janeiro a 10 de junho de 2025.

Estas comemorações são uma excelente oportunidade para reavivar o interesse pela obra de Camões e celebrar seu legado cultural e literário. E as celebrações que podem parecer tardias, na verdade estão alinhadas com a data de nascimento atribuída ao poeta e parecem contrariar aquela ideia inicial de esquecimento. Nota-se agora um crescente interesse nas comemorações dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões, tanto por parte das pessoas, quanto de instituições. Diversas universidades, escolas, fundações e autarquias estão a promover uma série de eventos, exposições, congressos e ciclos de palestras para celebrar a vida e obra de Camões.

O Governo Português também assumiu como prioridade este ciclo comemorativo, criando condições para celebrar a vida e obra do maior poeta da língua portuguesa. A Biblioteca Nacional, por exemplo, está a desempenhar um papel central nas comemorações, organizando exposições, seminários, conferências e publicações.

Essas iniciativas mostram que há um esforço coletivo significativo para honrar a memória de Camões e destacar sua importância na cultura e literatura portuguesas.





Esquecimento ou não dos 500 anos de Luís Vaz de Camões?

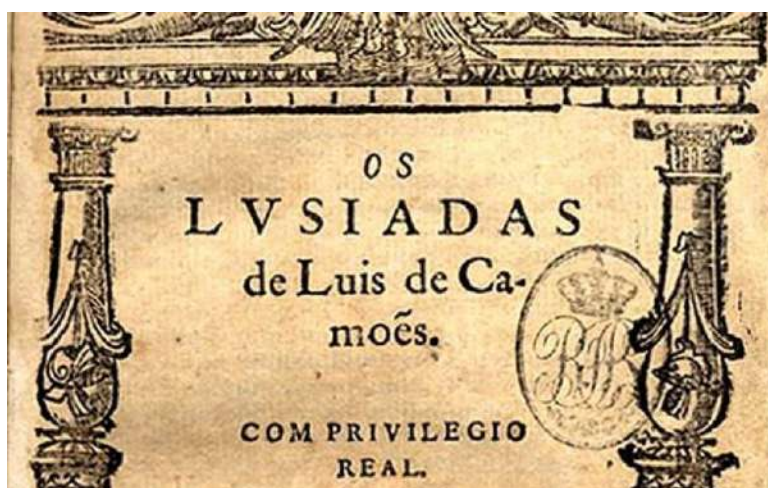
Poeta-mor não é olvidado
Quem já deu o dia a Portugal
Quem o grande livro salvou no mar
Seu nome será sempre honrado

Quem melhor para escrever amor
Em seus sonetos cantar lirismo
Camões grande, tão só Humanismo
Para a poesia, o Concessor

Da história fez Epopeia
Por ela deixou grandes momentos
Poemas assim, só na Odisseia

Bom retrato dos Descobrimentos
Em seu povo ele se baseia
Lusíadas, pôs nos Monumentos.

Isabel Melo





Mar de Mosto Rio Azul

J. Sanchez Antunes



Um dos passeios temáticos em que participei com muito agrado, teve como tema Miguel Torga.

Então, no início de um Outono de que não importa o ano, um grupo de amigos embarcou num autocarro a caminho de Trás-os-Montes para dar início a uma visita a locais marcantes da vida de Miguel Torga.

Mais de cinco horas de autocarro com uma paragem pelo meio é o que nos esperava até Vila Real, onde, em restaurante de graníticas e compactas paredes se fez a restauração das energias gastas na viagem. A capital das “cristas” e dos “covilhetes”, da casa Lapão pois claro, ficou para trás que não era esse o nosso destino. A estação seguinte seria a vila de S. Martinho de Anta, berço do poeta e médico. O percurso até lá, pese embora a época que é a de transição entre o Douro verdejante e o Douro flamejante do fim do Outono, é um encanto.

Em S. Martinho da Anta o visitável Espaço Torga, concebido pelo arquitecto Souto Moura, é um edifício térreo que abriga uma exposição sobre Torga organizada em quatro espaços: percurso de vida; o chão com a ligação ao território; fotos dos locais mais emblemáticos e o verbo: livros, edições e textos manuscritos. Ali perto, a Capela da Azinhaira e descendo ao povoado encontramos a casa onde o escritor nasceu, espaço que está sendo preparado para visitas. Continuando rua abaixo chega-se ao largo do Eiro onde se pode ver uma escultura da cabeça de Torga e por detrás dela o que resta do seu negrilho, a árvore de que

tanto gostava. (era de negrilho a vara de Joana Carda em “Jangada de Pedra”).





Mar de mosto Rio Azul



A jornada continua para S. Leonardo de Galafura. A paisagem, no início do percurso, é dominada por pinheiros, mas à medida que nos aproximamos do destino vão surgindo os vinhedos. Chegados ao miradouro, lá do alto, a paisagem é de perder a vista e a respiração. O Douro resplandece com suas encostas “penteadas” de vinhas, ainda verdes, mas anunciando já a orgia de cores que o Outono lhe trará. A bela e imensa vista do alto do miradouro sobranceiro encanta o olhar. Sempre as encostas riscadas pelos bardos das vinhas, quer em socalcos tradicionais, que já não se fazem mais, quer em patamares cujos taludes substituem os muros de pedra. Onde o declive do terreno permite surgem as vinhas ao alto com os bardos de videiras descendo pelas encostas.



A capela do miradouro, de Santa Bárbara e S. Leonardo, ostenta na parede Sul, em azulejo, o poema de Torga que compara aquele local a um navio de penedos navegando em mar de mosto.

Segue-se outro local do percurso de vida do poeta: Lamego em cujo seminário Torga ingressou. Sol de pouca dura, a sua estadia naquele local durou um ano.

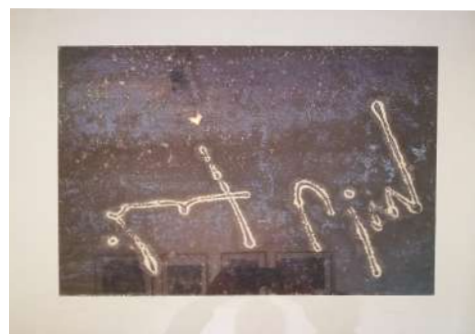
Malas a bordo e partida em direcção a Coimbra para uma visita à Casa Museu Miguel Torga. Visita guiada por uma senhora, certamente fã de Torga pelo entusiasmo que demonstrou durante todo o tempo que esteve connosco, não deixando de referir a simpatia do escritor pelas coisas de

Espanha, traduzida, desde logo, pelo pseudónimo adoptado de Miguel (de Cervantes e Unamuno) e pelos objectos decorativos das salas, nomeadamente louças de Talavera la Reina e quadros de pintores espanhóis. O entusiasmo da senhora levou-a a contar a história de um jantar de Torga com Manuel Alegre, que teve lugar na sala de jantar onde nos encontrávamos. Jantaram narcejas e galinhola (upa! upa!) que o próprio Torga havia caçado, acompanhadas de Barca Velha, (Santo Deus!). Acrescentaria também que além de Poeta e Médico, Miguel Torga gostaria de ter sido pintor.

De facto, chegou mesmo a pintar um autorretrato (1) mas desfez-se da obra produzida atirando-a ao mar, imagine-se, no Portinho da Arrábida!

E assim, embarcando num navio de penedos e navegando num mar de mosto se chegou ao Rio Azul.

(1) Silva, João Ceu “Uma Longa Viagem com Miguel Torga” ed. ASA 2007
Pag. 233 Verso





Uma carta do Porto

António Trabulo

Recebi ontem uma carta do Porto. Reconheci a letra, um bastardinho bem desenhado, mesmo antes de ler o nome de quem a enviara.

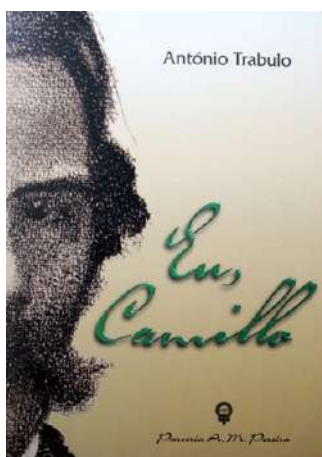


Era do Camilo. Rezava assim:

Meu caro António:

Já não falamos há bastante tempo. Julgo que não voltámos a contactar desde a última entrevista que fez para a minha biografia. A propósito: acho que foi demasiado avaro nos encómios. Sei que cultivava um estilo contido, mas, de vez em quando, deveria soltar-se mais. Enfim...

Há um par de dias, tentei telefonar-lhe, mas a rede, aqui, é fraca.



Estará a adivinhar a razão pela qual lhe escrevo. Vão transferir os restos mortais do Eça para o Panteão Nacional.

Nada tenho contra o Eça de Queirós. Escreve muito bem, apesar de cultivar um estilo que me parece afrancesado. "O crime do Padre Amaro" trouxe-me logo à memória "O crime do abade Mouret", de Zola. De incestos como o de "Os Maias" estão o mundo e o inferno cheios. Os estilos naturalista e realista fizeram-se moda na literatura e o Eça prosperou. Acho bem... Para mais, o pai dele, o juiz Queirós, escusou-se a julgar-me no caso do adultério, por ser meu amigo. Bem, são coisas que já lá vão.



Uma carta do Porto

O António conhece-me e sabe que sempre me dei bem com a escrita. Houve mesmo quem me considerasse, em tempos, “o maior romancista da Península Ibérica”. E olhe que o cavalheiro que escreveu esta frase não era português... Não será pecado de vaidade julgar-me com direito a um reconhecimento nacional.

Sei que o António, aqui há uns anos, propôs no seu blogue a transferência do que resta de mim para os Jerónimos. Achei bem, mas a ideia foi recebida com desagrado por alguns intelectuais do Porto. Que era preciso combater o centralismo de Lisboa e que eu era um homem do Norte e que devia ficar cá! Cebolório...

Um amigo meu que andou pelo mundo e que repousa aqui perto garante que aquilo é o complexo da segunda cidade. Enfermam dele Edimburgo e Barcelona.

Os do Porto consideram-me de cá. Sinto-me honrado com isso. É verdade que não amei outra cidade tanto como esta (nem falei tão mal de qualquer outra), mas o certo é que nasci em Lisboa, na Rua das Rosas e que, mais que do Porto, de Lisboa, da Samardã ou de Seide, me considero português.



Escrevo-lhe do cemitério da Ordem da Lapa, no Porto. Apesar de ocupar uma divisão alta, tenho vista apenas para um passeio empedrado, para mais sepulcros e para uma ou outra árvore. O jazigo do Freitas Fortuna é acanhado e o meu nome está inscrito na fachada em posição secundária.

Com este meu pedacinho da vaidade, sempre procurei o reconhecimento dos meus conterrâneos. Lutei muito até conseguir um título nobiliárquico, que me parecia importante na altura. Lá me fizeram Visconde de Correia Botelho. Confesso que a distinção me soube bem.

Pretendo mudar-me para os Jerónimos. Até já lá está o Herculano, cuja escrita nunca me agradou. As circunstâncias da vida levaram-me a pedir-lhe que apadrinhasse a minha intenção de concorrer a um lugar na biblioteca do Porto. Cheguei a oferecer-lhe um cão são-bernardo, o Tigre. O empenho de Alexandre Herculano não foi suficiente para decidir a questão. Semanas depois, desloquei-me a Lisboa e passei pela casa do Herculano, na Ajuda. Em vez de tocar à porta, assobiei. O Tigre saltou o muro e lambeu-me todo. Levei-o comigo.

Peço perdão por me ter alargado. Já deixei escapar parte da mensagem que lhe dirijo: quero mudar-me para o Panteão Nacional. Terá, entre os seus amigos e conhecidos, quem seja capaz de advogar a minha causa?

Saberá, melhor do que eu, como é que essas coisas se fazem: um par de artigos em jornais, um abaixo-assinado... Dizem que as televisões têm muita influência, nos dias que correm mas, como já lhe disse, aqui não tenho rede.

Seu amigo agradecido

Camilo

Vou reencaminhar esta carta para um grupo de amigos e conhecidos. Nem todos estarão de acordo comigo, mas considero que esta é uma causa pela qual vale a pena lutar.

António Trabulo



Eduardo Carqueijeiro - *Secretas Paisagens*



Numa tarde de Sábado, com o sol a declinar lentamente num entardecer suave, fui encontrar o Eduardo no seu *atelier*, pintando. Numa aparelhagem, pairava uma música distante, hipnótica, encantatória. Dispersos, descansando no apoio da parede, vários quadros. Alguns já terminados; outros, ainda em fase de criação. Vindos lá de fora, entrando pela janela entreaberta, os aromas do campo e o sereno ciciar da passarada, em surdina, para não desenrolar o novelo de silêncio que envolve a quinta e a projecta numa dimensão estranha, quase fora do mundo.

Deambulo por ali, movendo-me entre o cheiro intenso da tinta fresca. O Eduardo falando, enquanto retoca delicadamente uma das suas secretas paisagens. Na paleta, uma mistura de azuis, vermelhos, verdes, amarelos, castanhos, a essência em busca da substância, ou o contrário, sei lá. Quem sabe? Ele próprio faz questão de não saber. Pinta porque sim, diz. E eu julgo perceber o que ele quer significar com isso. Dando-se a si próprio pouca importância, porque não conheço ninguém mais sabedor da relatividade do génio, ele age como se um chamamento forte o movesse a fazer as coisas belas que faz, mas não se interroga demasiado por causa disso, nem vê nesse esforço mais do que a emanção natural de estar vivo.

O mundo, para o Eduardo, continua por construir. E ele vai-o tecendo, naquele espaço de solidão e recolhimento, manuseando habilmente a química das tintas e a rugosidade dos pincéis, preparando a mistura cósmica de onde sairão os seus modelos do mundo. E as pontas vão-se entrelaçando num sentido que nunca fica completo, pois tem de ser reconstruído em cada gesto, reinventado em cada perspectiva, repensado a cada momento, redescoberto em cada olhar.

Sabedor das potencialidades e dos limites da cor, não é segredo para ninguém que o Eduardo atingiu um domínio e uma segurança na busca das tonalidades, que fez dele um pintor de eleição. Mas os quadros do Eduardo não se esgotam na fruição do olhar. Eles são mais que objectos de arte estáticos, belos, feitos para extasiar uma plateia de admiradores. Os quadros do Eduardo remetem-nos para esse lugar mítico e longínquo, fora do nosso alcance: o princípio do mundo. Um mundo cheio de energia criadora, a transbordar de vida, puro e ingénuo. Um mundo ainda com o sentido intacto. Um mundo numa explosão de cores, perdido para sempre.

Salvador Peres



Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens



Lápis, canetas, ecolines em papel.



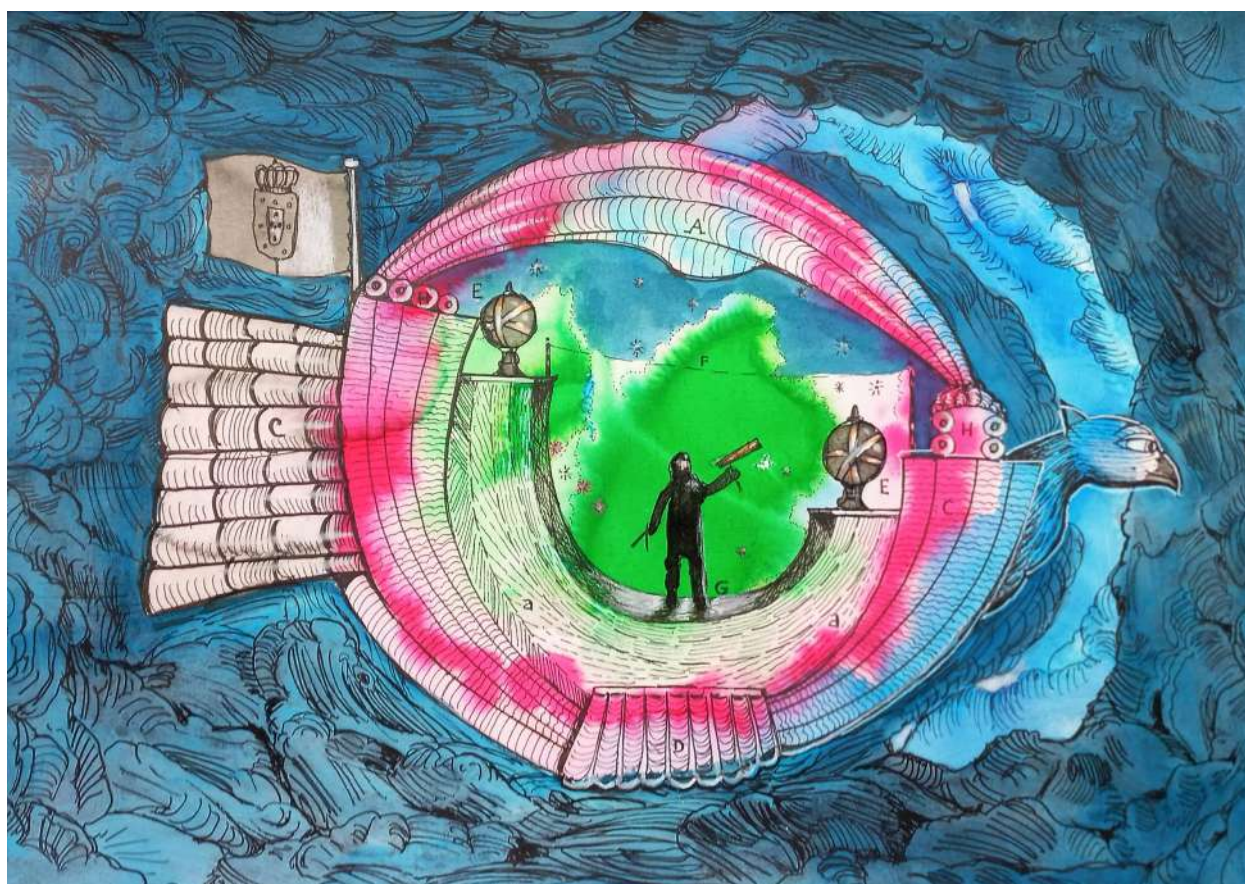
Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens



Imagens da nova colecção de Eduardo Carqueijeiro



Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens





Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens





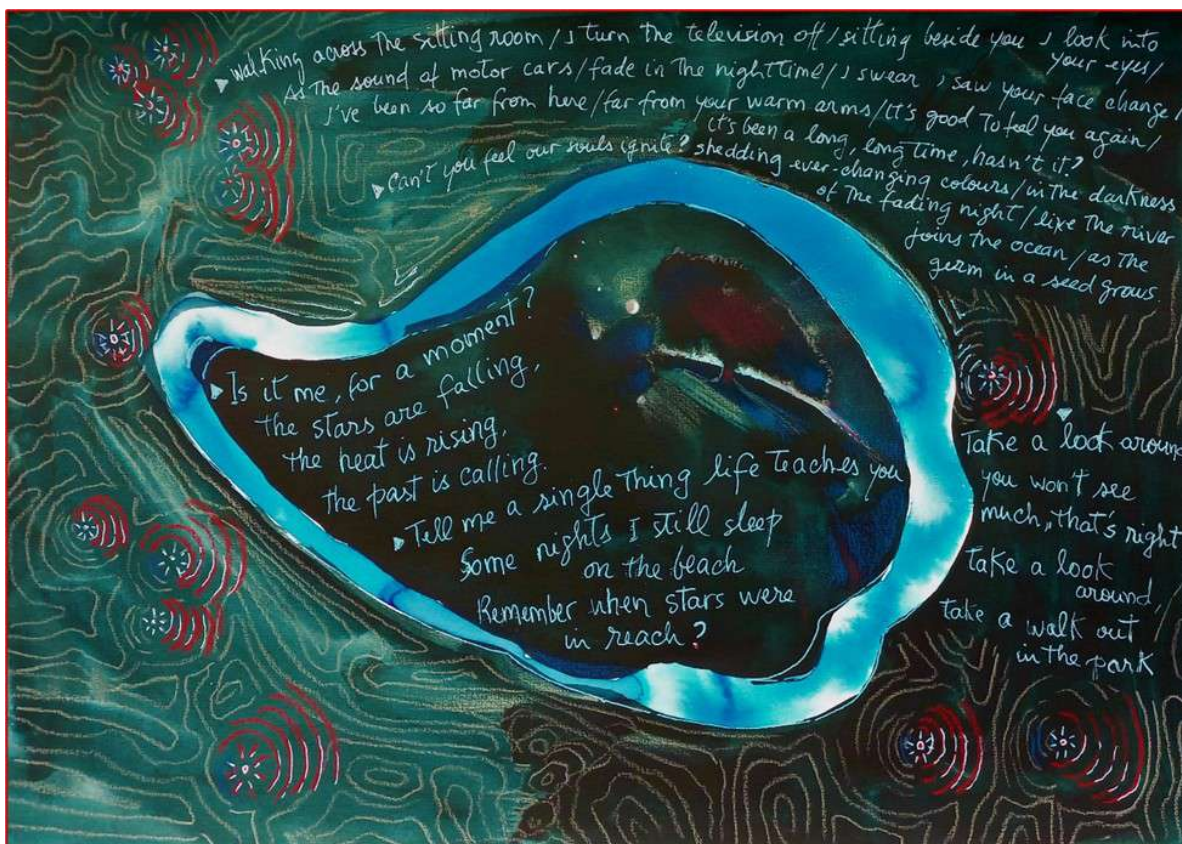
Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens



Lápis, canetas, ecolines em papel.



Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens



Imagens da nova coleção de Eduardo Carqueijeiro: portefólio de 150 desenhos em papel, realizados entre 2023 e 5



Eduardo Carqueijeiro - Secretas Paisagens



Eduardo Carqueijeiro (também usa **EdCa**), é natural de Setúbal, formou-se em arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, tendo tido como professores os mestres Frederico Jorge e Daciano Costa, bem como António Sena e João Hogan no AR.CO, onde estudou pintura e gravura (1976-1981). Especializou-se ainda nas escolas de arte de Londres – Slade School of Art e Central St. Martins College of Art & Design. Tem o Master of Science pela Universidade de Gales, Aberystwyth.

Concilia a sua experiência profissional com a sua prática artista através duma fusão entre arte e ciência, do qual tira partido nas suas exposições, performances, trabalho de ilustração e curadorias. Interliga como um todo narrativo o desenho sobre papel, a pintura em acrílico, a fotografia, a colagem, a instalação e o vídeo.

Como artista visual participou em 115 exposições coletivas, 29 exposições individuais e algumas feiras internacionais de arte em Viena, Copenhaga e Luxemburgo.

Tem a medalha de mérito cultural da cidade de Setúbal. Está representado em coleções nacionais e internacionais de arte. Faz ainda parte de vários coletivos artísticos como o **Synapsis**, sendo ainda membro da **LASA**.

Visitar site: <http://eduardocarqueijeiro.com/>



Fragata D. Fernando II e Glória e Complexo de Vale de Zebro Visita Guiada

Maria Helena Mattos

(com a colaboração de José Rocha e Abreu)

No âmbito dos seus objectivos e programa e dando continuidade às visitas dedicadas ao Património, a LASA realizou, no passado dia 8 de Fevereiro, a primeira iniciativa do ano nesta linha de actividade: uma dupla visita excelentemente guiada pelo Comandante José Rocha e Abreu, associado da LASA, grande conhecedor do património histórico da Marinha. Focada no Património Naval na Península de Setúbal, esta visita levou-nos a conhecer a última nau da Carreira da Índia, a fragata *D. Fernando II e Glória* e, no Complexo de Vale de Zebro, os Fornos e as formas do Biscoito, o alimento base que, sobretudo desde o século XV, abastecia os nossos navios para as suas viagens.

A Fragata D. Fernando II e Glória nasceu do pedido que o Rei D. João VI, recentemente regressado do Brasil, recebeu do Intendente Geral da Marinha de Goa, em 1821, para que fosse construída uma nova *Fragata de Força* em Damão. A decisão real foi favorável e iniciaram-se os trâmites para o financiamento e organização da construção nos estaleiros daquele território, onde existia experiênci-

ra adequada abundante (teca) e mão de obra mais barata que no Reino. Contudo, dificuldades orçamentais, decorrentes de vários factores, fizeram com que os trabalhos de construção só fossem iniciados em 1832, no reinado de D. Miguel. Na verdade, só mesmo em 2 de Fevereiro de 1845 é que o navio ficou pronto para partir de Goa e, ao fim de 5 meses, chegar a Lisboa no dia 4 de Julho.

A *Fragata* é um navio veleiro que nunca possuiu motor auxiliar. Foi construído para receber 40 ou 50 peças de Artilharia, embora nunca tenha sido guarnecido com esse número. Durante os 38 anos de navegação activa não teve necessidade de entrar em combate. Todavia, em Maio de 1855, foi o navio chefe de uma pequena esquadra que, partindo de Luanda, se dirigiu ao Ambriz para ali restabelecer a ordem e a soberania Portuguesa posta em causa por uma rebelião de tribos locais

Quando deixou de navegar, serviu de Escola de Artilharia, prisão política e tribunal.



Fragata D. Fernando II e Glória e Complexo de Vale de Zebro Visita Guiada



Em 1947, o navio foi entregue à Secção Naval da Legião Portuguesa e ali foi constituída uma Obra Social destinada a acolher rapazes muito jovens, órfãos de pescadores e marítimos. Os jovens recebiam formação académica até à quarta classe, prosseguindo depois os estudos em terra no Liceu e Escolas de Almada.

No dia 3 de Abril de 1963, deflagrou um terrível incêndio a bordo aquando da reparação de um tanque de gasóleo, operação realizada sem o cumprimento de todos os preceitos de segurança.

Estavam nesse dia a bordo da Fragata, fundeada no Tejo, cerca de 137 jovens. Muitos ainda não sabiam nadar pois estavam a bordo há pouco mais de 3 dias. No combate ao incêndio participaram os Bombeiros de Cacilhas e de Almada e, com o apoio de muitas embarcações que navegavam no Tejo, todos os jovens foram salvos. Após o incêndio, a Fragata, quase completamente destruída, foi desviada dos circuitos das embarcações do Tejo e permaneceu durante vinte e oito anos com o casco enterrado no lodo até que surgiu a oportunidade para a restaurar.



O Restauro foi realizado nos estaleiros navais da Ria Marine, em Aveiro. Esta operação de restauro foi realizada com tal fidelidade e rigor que a World Ship Trust, instituição inglesa de grande prestígio, atribuiu um prémio à Fragata pela qualidade do restauro. Os custos do referido restauro

foram sustentados por verbas da Marinha, da Comissão constituída para as Comemorações dos 500 anos das Descobertas, de muitos Mecenas institucionais e ainda por ofertas de muitos particulares. A Fragata foi aberta ao público na EXPO 98, tendo sido visitada por mais de 750 mil pessoas.

Fazendo parte do vasto e interessante acervo do Museu de Marinha, esta última nau da Carreira da Índia tem ainda o peso histórico de ser um símbolo da globalidade de Portugal e da sua intrínseca ligação ao mar.



Na sequência e em complemento desta visita, recheada de História e de *histórias*, e após um excelente almoço na Associação de Fuzileiros, o grupo de participantes dirigiu-se para o *Complexo Real de Vale de Zebro* onde pôde observar os vestígios dos Fornos onde era fabricado o *Biscoito ou Biscouto* (segundo a linguagem da época). A designação *Biscoito* deriva do latim *bis cocto*, duas vezes cozido. Efectivamente, era esta a prática para desidratar e aumentar a duração deste alimento base, designado como *munição de boca*. Ao longo desta visita, tal como tinha acontecido na *Fragata*, à medida que se apreciava o acervo, nomeadamente as *formas* e os *fornos*, o Comandante Rocha e Abreu foi fornecendo interessante informação relacionada com o complexo fabril, ali existente talvez já desde o reinado de D. Afonso IV.



Fragata D. Fernando II e Glória e Complexo de Vale de Zebro Visita Guiada



A Olaria situada na Mata da Machada produzia as formas para o Biscoito, a madeira para os fornos era proveniente das matas em redor e o trigo para o fabrico do Biscoito provinha de Benavente, de Arraiolos e, de um modo geral, de todo o Alentejo. Também algum trigo tinha de ser importado, dada a enorme produção daquele alimento destinado aos navios e a fortalezas em terra. O moinho de maré, *Moinho d'El Rei*, onde o trigo era moído, era um dos mais importantes entre todos os existentes no estuário do Tejo. O Comandante Rocha e Abreu aludiu também à actividade de manutenção e construção naval, desenvolvida na margem direita do Rio de Coina, concretamente na Feitoria da Telha, Freguesia de Palhais. Finalmente, mencionou ainda a importância do apoio espiritual prestado a todo o pessoal que trabalhava no complexo fabril pelos Franciscanos que habitavam nas proximidades, num pequeno convento que, no século XVI, havia sido fundado pelo Arrábido S. Pedro de Alcântara.

Encontrando-se a *Escola de Fuzileiros* instalada no Comple-

xo, este itinerário histórico completou-se na *Sala-Museu do Fuzileiro* onde, através da observação de manequins fardados e equipados, armamento diverso, estandartes e outro material iconográfico, foi possível conhecer a História do *Corpo de Fuzileiros*, que se vem desenrolando ao longo dos últimos 400 anos, e constatar toda a diversidade e exigência da sua importantíssima intervenção nos também diversos e exigentes teatros de guerra ou de paz.

Terminou, assim, este excelente programa cultural. Antes da despedida, tirou-se ainda a tradicional fotografia de grupo.





Salvaguarda do Património Arqueológico Costeiro em Risco workshop bilateral Portugal-Noruega

Por iniciativa do Património Cultural I.P. e da instituição congénere norueguesa (Riksantikvaren), realizou-se em Lisboa, no passado dia 19 de Fevereiro, um workshop destinado a avaliar o risco e a fragilidade do património arqueológico costeiro, enquanto recurso cultural e ambiental único e não renovável, bem como a proporcionar a partilha de experiências de salvaguarda bem sucedidas.

A Região de Setúbal esteve representada por comunicação apresentada pela Presidente da Direcção da LASA, Prof.ª Doutora Joaquina Soares, particularmente centrada no sítio neolítico produtor de sal da Ponta da Passadeira (Barreiro), do 4 e 3º milénios cal BC, face à subida do nível médio das águas do mar, e também ao **estabelecimento romano do Creiro (Arrábida)**, jazida arqueológica incluída no projecto *Arq Arrábida*, em desenvolvimento pela LASA, exposto a sobrepressão animal e humana (turismo de

massas), aguardando-se que o ICNF e a Câmara Municipal de Setúbal se sensibilizem para este património do concelho de Setúbal, visitado por centenas de milhares de pessoas, por forma a dar resposta aos seguintes aspectos:

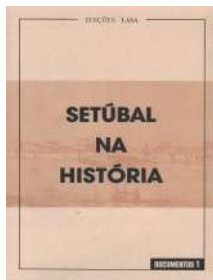
- Limpeza da área arqueológica ainda não intervencionada, com remoção dos materiais de construção, nomeadamente fragmentos de telhas de fibrocimento com amianto(?), que ainda subsistem, nos destroços das casas clandestinas da década de 1970;
- Implantação de uma vedação que impeça a continuada destruição do sítio por javalis, permitindo embora a fruição pelos visitantes;
- Continuidade do estudo, manutenção e valorização desta joia do património arqueológico da Arrábida.



Fig. 1 - Auditório do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS). Debate com Joaquina Soares no uso da palavra, moderado por José António Bettencourt, e na qual participaram também os conferencistas, Ana Ramos Pereira, Ana Cristina Araújo e Luís Rendeiro.



Fig. 2 - Delimitação da área arqueológica do Creiro, contígua a praia do mesmo nome, frente à Pedra da Anicha, no baía do Portinho da Arrábida.





Uma das vertentes em que a LASA tem intervindo é na área da edição, debruçando-se sobre estudos de carácter local.

“Setúbal na História” - Editado em 1990, tem participação de vários estudiosos (José Hermano Saraiva, D. Manuel Martins, Carlos Vieira de Faria, Luís Cabral Adão, Carlos Tavares da Silva, Fernando António Baptista Pereira, António Osório de Castro, Jorge Borges de Macedo, Luís de Síttau Monteiro, Carlos Gomes Bessa, José Carvalho Fernandes e Fernando Cristóvão), abordando temas relacionados com a história sadina.

“Regra, Estatutos e Definições da Ordem de Sant’Iago” - Editado em 2009, é a reprodução fac-similada da obra que foi impressa em Setúbal em 1509 por Herman de Kempis.

“Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão” - Editado em 2016, sob a coordenação de Albérico Afonso Costa, António Cunha Bento, Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho, reúne as comunicações sobre o mesmo tema apresentadas em colóquio realizado em Novembro de 2014, em que intervêm doze autores.

“Domingos Garcia Peres (1812-1902), um setubalense pelo coração” - Editado em 2012, tem como autores três nomes fortemente empenhados na história local de Setúbal (António Cunha Bento, Carlos Mouro e Horácio Pena) e pretendeu assinalar o bicentenário do nascimento deste amigo de Setúbal.

“Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão” - Obra de que saiu o primeiro volume, datado de 2009, recolhe, sob iniciativa de vasta equipa da LASA, marcas do património azulejar religioso da região de Setúbal e de Azeitão.

“Vilegiatura Marítima do Séc. XIX ao início do Séc. XX” - Editado em 2010, tem como autora Inês Gato de Pinho e aborda o espaço de repouso e tratamento nas praias da frente ribeirinha de Setúbal, revisitando uma obra que teve a assinatura de Ventura Terra.

“De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell” - Editado em 2013 e assinado por Inês Gato de Pinho, é obra indispensável para o estudo da presença dos Jesuítas em Setúbal e para a história do designado Palácio Fryxell.

“A Casa Verde” - Editado em 2018, contém um poema do setubalense Silva Duarte (1918-2011), cedo emigrado para o Norte da Europa, em honra da casa e da terra onde nasceu e integra uma biobibliografia alusiva ao autor assinada por Fátima Ribeiro de Medeiros.

“João Almeida, o último fuzilado, e outras leituras da Grande Guerra” - Editado em finais de 2018, esta obra, que teve o apoio da LASA mas foi editada pelo Instituto Politécnico de Setúbal, congrega abordagens diversas sobre a memória portuguesa da Grande Guerra e conta a história do último fuzilado português, o soldado João Almeida.

“Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão” - Editado em 2019, sob a coordenação de António Cunha Bento, Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho, reúne as comunicações sobre o mesmo tema apresentadas em colóquio realizado em 2018, em que intervêm vinte e cinco autores.

“Setúbal na Segunda Metade do Século XIX” - Editado em 2018, tendo como autor uma grada figura setubalense, Arronches Junqueiro, este livro estava por publicar pelo menos desde 1936. Com um labor de anos, Carlos Mouro procedeu à fixação do texto e à sua anotação, reunindo informações para cerca de 270 notas em que revela histórias e biografias nunca contadas. O livro contém ainda esboços biográficos de Junqueiro feitos por Luís Silveira e por António Joaquim Henriques.

“Setúbal e Arredores na Obra Artística do Rei D. Carlos” - Publicado em 2019, este livro-álbum, preparado meticulosamente por Francisco Borba, mostra a produção do rei-artista em que Setúbal e as suas águas são permanente personagem, numa recolha que João Borba, pai do autor e primeiro director do Museu de Setúbal, iniciou na década de 1960.

“O Bairro de Troino - contributos para a sua história” - Publicado em 2020, este livro é constituído por duas partes: a primeira, da responsabilidade dos historiadores Diogo Ferreira e João Santos, que mergulha no passado deste bairro de Setúbal; a segunda, de Eduardo Silva, contendo uma viagem memorialística às vivências da comunidade 'troineira'.

“A profecia ou a Edificação do Convento de Jesus”, de Henrique Freire - Reprodução facsimilada da obra publicada por Henrique Freire em 1864, romance que segue a estética do Romantismo, relatando um acontecimento histórico para Setúbal - a construção do Convento de Jesus. A LASA pretendeu com esta edição assinalar a reabertura do Museu de Setúbal - Convento de Jesus, ocorrida em finais de 2020.

“Álbum Fotográfico - Setúbal 1867”, de Antero Seabra. Conjunto de 17 fotografias de Setúbal, feitas por 1867, consideradas hoje um “bem de interesse nacional”. Uma forma de olhar a Setúbal de há um século e meio.

	Sócios	Não Sócios
Setúbal na História	5 €	5 €
Regras, Estatutos e Definições da Ordem de Sant’Iago	70 €	70 €
Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão	20 €	25
Domingos Garcia Peres (1812-1902), um setubalense pelo coração	8 €	9 €
Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão – vol. I	15 €	15 €
Vilegiatura Marítima do Séc. XIX ao início do Séc. XX	10 €	10 €
De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell	20 €	26 €
Casa Verde	5 €	5 €
Imagens da Península da Arrábida...	Esgotado	
Afonso Africano...	Esgotado	
Património Azulejar de Setúbal e Azeitão	Esgotado	
João Almeida, o último fuzilado, e outras leituras da Grande Guerra	10 €	
Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão	20 €	25 €
Setúbal na Segunda Metade do Século XIX	10 €	12 €
Setúbal e Arredores na Obra Artística do Rei D. Carlos	20 €	25 €
O Bairro de Troino - contributos para a sua história	18 €	
Frei Agostinho da Cruz e a Espiritualidade Arrábida	20 €	20 €
A profecia ou a Edificação do Convento de Jesus	10 €	10 €
Álbum Fotográfico - Setúbal 1867	30 €	35 €



A LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão é uma associação regional sem fins lucrativos, fundada em 1955, cujos estatutos definem finalidades múltiplas, todas elas orientadas para a defesa e divulgação do património cultural, ambiental e social numa perspectiva do desenvolvimento regional.